



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ

**“MEMORIAL DA FRONTEIRA”:
O MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA E O CENÁRIO SOCIAL CAROLINENSE**

**Tocantinópolis – TO
2019**

RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ

“MEMORIAL DA FRONTEIRA”:
O MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA E O CENÁRIO SOCIAL CAROLINENSE

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis para a obtenção do título de graduado em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Domingues Lopes.

Tocantinópolis – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C957" Cruz, Rafael de Oliveira.
"Memorial da Fronteira": O Museu Histórico de Carolina e o Cenário Social Carolinense . / Rafael de Oliveira Cruz – Tocantinópolis, TO, 2019.
69 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2019.
Orientadora : Rita de Cássia Domingues Lopes
1. Antropologia. 2. Museu. 3. Memória. 4. Carolina-MA. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ

**“MEMORIAL DA FRONTEIRA”:
O MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA E O CENÁRIO SOCIAL CAROLINENSE**

Aprovada em: 06/12/19.

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis para a obtenção do título de graduado em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Domingues Lopes.

BANCA EXAMINADORA

Rita de Cássia Domingues Lopes
Profa. Dra. Rita de Cássia Domingues Lopes (Orientadora UFT)

Mariane S. Pisani
Prof.^a Dr.^a. Mariane da Silva Pisani (Examinadora UFT)

Wellington da Silva Conceição
Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Examinador UFT)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço de coração contrito ao Senhor Deus Jeová por sua graça e misericórdia, através das quais cheguei até aqui. Essencial foi o apoio da minha família, em especial da minha amada esposa, Larissa, da minha querida filha, Clarice, e de minha carinhosa mãe, Veronília, às quais devoto eterna gratidão. Menciono amorosamente meus irmãos Isabela e Leonardo, e meu pai Adian.

Sou imensamente grato ao diretor do Museu Histórico de Carolina, Hélio Ney Noleto, e ao secretário executivo, Rodolfo Fortes, por todo auxílio e explicações sobre a instituição, mui gentilmente concedidas. De igual modo, agradeço ao intelectual da AIL Edmilson Sanches por nos explicar a atuação dos carolinenses nessa entidade.

Agradeço também às diversas pessoas que corrigiram versões anteriores desta pesquisa e contribuíram com suas orientações, como os professores Rafael Noleto, Fabrício Zanin e Dominique Coelho.

À minha estimada orientadora, professora Rita de Cássia Domingues Lopes, sou profundamente agradecido por sua paciência, dedicação e disponibilidade em corrigir, orientar e acompanhar meu tortuoso processo de escrita.

Este trabalho também é resultado da contribuição de cada professor e professora do curso de Ciências Sociais do campus de Tocantinópolis-TO à minha formação acadêmica, seja na forma das excelentes aulas, seja na fraternidade que extrapola o ambiente universitário. Muitos educadores e educadoras estiveram conosco no período de 2016 a 2019 e a todos agradeço sinceramente, embora de modo genérico.

Como egresso do curso de História da UFT do campus de Araguaína-TO, também devo agradecer aos professores do colegiado desse curso, em especial dois professores que sempre tiveram muito carinho pela minha pessoa, Euclides Antunes e Noêmia Moura, aos quais sempre serei agradecido.

Uma das leituras mais intrigantes que realizei para esta pesquisa foi indicada por Patrícia Mojen, servidora da Coordenação Técnica Local da FUNAI em Tocantinópolis-TO, que me apresentou o livro de Bernardo Carvalho, *“Nove Noites”*, ajuda à qual agradeço de coração.

Agradeço efusivamente ao meu amigo Pr. Cosmerino Ribeiro, sua esposa Edinete e suas filhas Sâmela, Talitha e Tafnes. A amizade dessa família fez a diferença em minha vida.

Agradeço à gentileza de “Dona Genu” ao me emprestar o livro do seu saudoso esposo Waldir Braga. Em adendo, faço menção honrosa aos colegas do *Folha do Maranhão do Sul* Alessandra, Dayane, Diego, Elizabeth e Íris.

Aos amigos da Clara Comunicação, agradeço primeiramente a oportunidade oferecida por Adriana Pinho e Félix Alberto Lima de fazer parte da equipe de mobilização social que ajudou a executar o programa de comunicação social do PBA da UHE-Estreito. Faço menção saudosa dos meus colegas mobilizadores Ana Angélica, Adriano, Andreia, Bruna Carla, Camila, Helder, Hermenegildo, Hilário, Joel, Luana, Lucenir, Luciana, Luís (*in memorian*), Luís Hernandes (*in memorian*), Márcio, Nice e Sheila.

Muito prestativos foram meus colegas de trabalho da Agência de Correios de Tocantinópolis-TO que me ajudaram a cumprir meus compromissos como carteiro durante todo o processo de pesquisa, aos quais sou agradecido: Breno, Denilson, João Batista, Laerte, Leila, Reginaldo e Roberto.

Aos colegas acadêmicos Luciana, Luciano, Marcelo, Watilla e Wellisson Rafael agradeço o apoio na jornada em busca de conhecimento.

Aos irmãos da Primeira Igreja Batista de Carolina, da Primeira Igreja Batista em Porto Franco e da Segunda Igreja Batista de Tocantinópolis agradeço a constante comunhão fraternal. Faço menção honrosa aos pastores das respectivas igrejas citadas: pastores Jademir, Marcone e Jemerson. Lembro afetuosamente dos irmãos e irmãs Amanda, Ângela, Arith, Deila, Eliézer, Even, Filipe, João Braga, José William, Luana, Madson, Maurício, Pallanay, Reinaldo, Tainara e Ueslei. Que a graça e a paz do Senhor Jesus permaneça em cada coração.

RESUMO

Esta pesquisa se concentra em compreender a função e relevância do Museu Histórico de Carolina, localizado no Sul do Maranhão. Para tanto, problematizei o contexto histórico e cultural dessa localidade e algumas questões relacionadas à importância da instituição museu enquanto construtora e divulgadora de representações e memórias. Tendo em vista a restrita circulação aos meios acadêmicos de trabalhos científicos sobre a história e cultura da região fronteira entre os estados do Maranhão e Tocantins, a presença de um museu traz uma oportunidade de divulgação e visibilidade, alcançando o público geral, mas é preciso refletir sobre as práticas e objetivos dessa instituição. A metodologia utilizada foi a da observação direta, em conjunto com um exame bibliográfico de produções regionais sobre a cultura local, na avaliação das exposições e acervo do Museu Histórico de Carolina. Além disso, numa abordagem hermenêutica e interdisciplinar, observei, descrevi e analisei o contexto histórico e cultural da cidade de Carolina sob as lentes da Antropologia, evidenciando a rede de referências que constituem e dão suporte à existência do museu dessa cidade. Como resultado, identifiquei o lugar social a partir do qual é enunciado o discurso historiográfico do museu, qual recorte temporal recebe destaque e quais temas são valorizados. Considero, assim, esta pesquisa uma contribuição à etnografia urbana da região de fronteira entre o Sul do Maranhão e o Norte do Tocantins.

Palavras-chave: Museu. Fronteira. Memória. Antropologia. Carolina-MA.

ABSTRACT

This research focuses on understanding the function and relevance of the Carolina Historical Museum, located in southern Maranhão. Therefore, I problematized the historical and cultural context of this locality and some questions related to the importance of the museum institution as a builder and disseminator of representations and memories. Given the restricted circulation to academic circles of scientific works on the history and culture of the border region between the states of Maranhão and Tocantins, the presence of a museum provides an opportunity for dissemination and visibility, reaching the general public, but it is necessary to reflect about the practices and objectives of this institution. The methodology used was participant observation and oral history, together with a bibliographic examination of regional productions on local culture, in the evaluation of exhibitions and collections of the Carolina Historical Museum. Moreover, in a hermeneutic and interdisciplinary approach, I observed, described and analyzed the historical and cultural context of the city of Carolina under the lens of anthropology, highlighting the network of references that constitute and support the existence of the museum of this city. As a result, I identified the social place from which the museum's historiographic discourse is stated, which time frame is highlighted and which themes are valued. Therefore, I consider this research a contribution to the urban ethnography of the border region between southern Maranhão and northern Tocantins.

Keywords: Museum. Frontier. Memory. Antropology. Carolina-MA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas	24
Fotografia 1 – Catedral da Igreja Matriz	32
Fotografia 2 – Obelisco em homenagem a Tiradentes e ao Centenário da Independência	33
Fotografia 3 – Inscrições rupestres no Morro das Figuras	35
Figura 1 – <i>Post</i> da página de Facebook do MHC	51
Fotografia 4 – Fachada do Museu Histórico de Carolina	52
Fotografia 5 – Painele Formação do Município	55

LISTA DE SIGLAS

AIL	Academia Imperatrizense de Letras
ARCA	Associação Recreativa Carolinense
CBB	Convenção Batista Brasileira
CBT	Convenção Batista do Tocantins
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DPHAP/MA	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISE	Investimento Social Estreito
MHC	Museu Histórico de Carolina
MHM	Museu Histórico do Maranhão
MHN	Museu Histórico Nacional
MN	Museu Nacional
ONG	Organização Não-Governamental
PBA	Projeto Básico Ambiental
PIB	Primeira Igreja Batista
PIPES	Pedro Iran Pereira Espírito Santo
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UHE	Usina Hidrelétrica Estreito
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAROLINA: GEOGRAFIA & SOCIEDADE	21
2.1. “Carulinda”	21
2.2 “Paraíso das Águas”	24
2.3. “Princesa do Tocantins”	26
3 HISTÓRIA: TEORIA & ESCRITA	30
3.1. “Terra do Já Teve”	30
3.2. Literatura, Memorialismo e Historiografia	36
3.3. Uma elite intelectual sertaneja	40
4 MUSEU: MEMÓRIA & IDENTIDADE	46
4.1. Templo das deusas da inspiração	46
4.2. Museu Histórico de Carolina: “Teatro da Memória”	52
4.3. Museu Histórico de Carolina: “Laboratório da História”	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui.
“A Estrada”, Cidade Negra (1998)

Este início de milênio tem se destacado pelo crescente avanço das tecnologias da informação, as quais mudaram completamente a maneira como as pessoas se relacionam entre si e com as instituições, sejam elas públicas ou privadas. A maioria da humanidade foi arrastada para o mundo da virtualidade, que não é simplesmente uma dimensão paralela, ao contrário, extrapola sua influência digital para a vivência cotidiana e concreta, formando uma “realidade aumentada” que integra nossa expansiva sociedade em rede (CASTELLS, 1999). No entanto, mesmo presenciando o desenvolvimento científico e tecnológico progredir em direção a projetos que tornam viáveis os mundos imaginários da ficção, continuamos encantados pelo charme ambíguo do passado. Várias obras cinematográficas e séries televisivas com temática histórica são sucesso de público e crítica, como é o caso do seriado *Vikings*. Na mídia dos *games*, muitos são os títulos que oferecem a oportunidade de explorar cenários da Antiguidade reconstruídos em computação gráfica e interagir com personagens históricos interpretados por inteligência artificial, como é o caso da franquia *Assassin's Creed*, que permite aos jogadores vivenciar a experiência de viajar pelo Egito da Era dos Ptolomeus e a Grécia durante a Guerra do Peloponeso.

Considerando tais elementos, não é uma surpresa que os museus também tenham aderido ao uso de tecnologias da informação tanto na digitalização do seu acervo quanto na elaboração de exposições interativas que permitem uma participação do público para além da mera observação. Por essa capacidade de reinvenção, apesar de uma pesquisa no Google possibilitar o acesso quase que ilimitado a tudo que o pensamento humano já produziu, os museus permanecem uma referência importante no imaginário da população. Percebemos tal fato quando, em 2018, houve grande comoção no Brasil e no mundo, embora breve, quando ocorreu o fatídico incêndio que destruiu a maior parte do acervo e da estrutura física do primeiro museu brasileiro, o Museu Nacional (MN), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Além do inestimável e insubstituível acervo, foram perdidas milhares de pesquisas científicas sobre a fauna, a flora e as comunidades tradicionais que habitam nosso país, acumuladas durante os duzentos anos de existência dessa instituição. As cinzas desse desastre repousam metaforicamente sobre nossas cabeças e acendem alguns questionamentos: que papel social um museu exerce e o que representa ou simboliza para as comunidades nas quais está inserida? No caso particular dos museus históricos, pode-se perguntar: como o acervo contempla a trajetória de determinado lugar, que períodos de tempo recebem destaque e que

grupos sociais são os condutores da narrativa apresentada pelo museu? São essas as perguntas que movem e guiam esta pesquisa, cujo tema principal é o Museu Histórico de Carolina.

O Museu Histórico de Carolina é um projeto idealizado pela Associação Carolina Via Verde e executado com financiamento do Investimento Social Estreito (ISE), programa relacionado ao consórcio responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE-Estreito), o Consórcio Estreito Energia (CESTE). A intenção declarada dos responsáveis pelo museu é valorizar e visibilizar a cultura e história da cidade de Carolina – Maranhão.

Com apoio teórico das discussões recentes da museologia, analisarei o que significa para a comunidade local a presença de um museu ambientado no sertão sul-maranhense. Desde já, salientamos que essas reflexões se basearão na compreensão de que

[...] o museu não tem valor em si, mas o valor que lhe é atribuído pela comunidade da qual surgiu e para a qual trabalha. O seu acervo é constituído pelas demandas sociais e, por isso mesmo, está comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a geração de benefícios para a comunidade local. (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2013, p. 430)

Esse ponto de vista é coerente com as proposições do International Council of Museums (ICOM - Conselho Internacional de Museus), entidade ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), conforme é possível perceber na definição de “Museu” proposta na página eletrônica do ICOM Portugal¹:

O Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.

Portanto, o debate sobre esse tema permite vislumbrar em seu horizonte possibilidades de ações públicas e coletivas, objetivando melhor integração da entidade com seu público-alvo, além de tornar mais transparentes suas atribuições.

O interesse no Museu Histórico de Carolina está ligado ao fato de que sou natural dessa cidade e tendo crescido, estudado e trabalhado nesse lugar sinto-me vinculado a ele intimamente. Há, no entanto, alguns fatores que me tornam um expectador privilegiado de recentes acontecimentos ali ocorridos diretamente relacionados a esta pesquisa.

No período de 2004 a 2008, trabalhei como revisor, colunista e ocasional repórter no extinto jornal impresso Folha do Maranhão do Sul, com escritório em Carolina-MA, de propriedade do falecido jornalista Waldir Azevedo Braga, com quem aprendi muito sobre a

¹ Consultada em março de 2019.

história regional através de seus escritos e conversas particulares. O sr. Waldir foi amigo e confrade da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) dos senhores Adalberto Franklin e João Renôr, ambos também falecidos, cujas obras são citadas neste trabalho e foram adquiridas diretamente de suas mãos, e sobre as quais pude conversar com eles ainda que brevemente.

Logo após esse período, entre fevereiro de 2008 e agosto de 2011, fui colaborador da empresa de comunicação social Clara Comunicação, contratada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) para executar o programa de comunicação social do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Estreito. Na Clara Comunicação, trabalhei como mobilizador social, informando a população da área de abrangência do empreendimento a respeito da execução dos programas do PBA, visitando lugares e pessoas diretamente envolvidos no processo e participando de eventos promovidos pelo CESTE. Presenciei os principais processos que transformaram a paisagem da região diretamente impactada com o enchimento do reservatório da usina e conheci a experiência das pessoas que tiveram suas vidas interferidas pelo empreendimento, algumas das quais são amigos e familiares.

Em 2010, a Associação Carolina Via Verde apresentou o projeto do Museu Histórico de Carolina (MHC) para a população carolinense numa reunião solene que acompanhei como funcionário da Clara Comunicação. Fiquei encantado com o projeto e aguardei ansioso pela sua concretização. No entanto, após minha saída da Clara, fui nomeado em concurso público e assumi o cargo de carteiro nos Correios, por isso minha atenção foi desviada do assunto e me dediquei quase exclusivamente ao novo emprego.

O interesse pelo museu foi reavivado ao fazer a disciplina “Cultura, Política e Patrimônio”, ministrada pelo professor Rafael Noletto, na qual entrei em contato com a apaixonante abrangência e peculiaridades do tema através dos textos debatidos em sala de aula. Nesse momento, decidi recuperar o material que já havia recolhido e arquivado sobre o tema e produzir este trabalho.

Essa nossa trajetória corresponderia à nossa “paisagem de verdade”, analogia topográfica utilizada pelo sociólogo Michael Löwy (2009) para ilustrar sua proposta de sociologia crítica do conhecimento.

Comparamos várias vezes o cientista social ao pintor de uma paisagem. Ora esta pintura depende em primeiro lugar do que o artista pode *ver*, isto é, do *observatório* de onde ele se acha situado. Em nossa hipótese, o observatório mais alto é o ponto de vista do proletariado ... Sua ‘arte de pintar’: a ciência (como a pintura, ou toda atividade cultural) tem sua autonomia, no sentido etimológico grego da palavra (*autonomos*: sua própria lei), isto é, seus *princípios próprios de atividade*, sua disciplina constrangedora, sua lógica interna, sua especificidade enquanto *prática que visa descobrir a verdade* (LÖWY. 2009, p. 247-250).

De acordo com essa perspectiva, esta pesquisa parte do ponto de vista de um carolinense; usuário do serviço de ensino público; de origem humilde e que precisa trabalhar para prover sua subsistência e a de sua família; mestiço (pardo), neto de um vaqueiro e tataraneto de uma indígena “pêga no laço”²; e que, apropriando-se das teorias e métodos das Ciências Sociais, discorrerá sobre como uma determinada instituição cultural está inserida na sua comunidade de origem.

Para que seja exequível nossa pesquisa, nos concentraremos em falar do museu sob um olhar antropológico, produzindo um trabalho de leitura e interpretação da cultura de um povo, entendendo cultura na perspectiva de Geertz (2008), como um fluxo dinâmico de “discursos” ou “textos” construídos socialmente com aplicação pretensamente normativa.

O impulso de retirar um sentido da experiência, de dar-lhe forma e ordem, é evidentemente tão real e tão premente como as necessidades biológicas mais familiares. Sendo assim, parece desnecessário continuar a interpretar as atividades simbólicas – religião, arte, ideologia – como nada mais que expressões um pouco disfarçadas de algo diferente do que são: tentativas de fornecer orientação a um organismo que não pode viver num mundo que ele é incapaz de compreender. Para adaptar uma frase de Kenneth Burke, se os símbolos são estratégias para englobar situações, então precisamos dar mais atenção a como as pessoas definem as situações e como fazem para chegar termos com as mesmas. (GEERTZ. 2008, p. 102).

Para que seja compreensível o contexto social onde está inserido o museu, e o porquê dele ser nomeado como “histórico” e “preservador de memórias”, faz-se necessário um diálogo com a ciência da História, da qual escolhemos o aporte teórico da historiografia francesa, da Escola dos Annales, ressaltando as abordagens que se aproximam da antropologia, e utilizando de suas técnicas de problematização e investigação na tentativa de analisar os chamados “fatos” e “documentos históricos” como vestígios de um mundo que não existe mais, embora seja influente no presente a ponto de incitar a humanidade atual a procurar entender o passado.

Em termos práticos, isso significa que além de visitas *in loco* ao museu, serviram como fundamentação a leitura analítica de literatura e produções acadêmicas regionais que

² Essa expressão é usada para designar a captura de mulheres indígenas por homens da comunidade não-indígena. Segundo minha avó paterna (Dona Benta) e outros familiares, a avó dela foi forçada a se casar após ser capturada. Esse estupro era socialmente aceito sob a justificativa de “transformar em gente” essas mulheres indígenas. Relato semelhante também ouvi do “Seu” Luís, cabeleireiro que trabalha em Porto Franco (MA), versado em todo tipo de “causos” e “anedotas”, geralmente situados em sua cidade natal, Pastos Bons (MA), município mais antigo do Sul do Maranhão, cujo nome antes designava toda a região que fica entre as margens dos rios Parnaíba e Tocantins.

possam mostrar uma possível compatibilidade entre o acervo do museu e outras representações do passado da região.

Tendo em vista que existe uma preocupação de algumas entidades em preservar o patrimônio cultural da região, inclusive de nível federal e estadual, como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico & Artístico Nacional) e o DPAHP/MA (Departamento do Patrimônio Artístico, Histórico e Paisagístico do Maranhão), além do interesse da população do município em conhecer melhor sobre sua própria história, este trabalho está em sintonia com outras produções no campo da museologia.

As atividades do museu e, em especial, as relacionadas com o ordenamento dos seus objetos em exposição tornam-se merecedoras de atenção, sustentando uma abordagem textual da instituição museológica. O museu é um espaço discursivo, cujas estratégias e narrativas expositivas merecem análise atenta por forma a descortinar, quer os significados construídos e comunicados, quer as suas implicações ideológicas, políticas e éticas. (DUARTE. 2013, p. 108)

Considerando isso, é possível vislumbrar, através deste trabalho, as potencialidades e oportunidades que o Museu Histórico de Carolina oferece à comunidade na qual está inserido, as quais podem certamente trazer vários benefícios à população local, incluindo uma percepção mais acurada de sua riqueza cultural.

Num aspecto mais geral, esta pesquisa oferece um debate investigativo sobre a natureza da memória enquanto construto social, objeto de disputa política e forjadora de identidades, fazendo referência a outras pesquisas e autores que contribuíram nessa discussão. Nessa área, um dos principais autores é Maurice Halbwachs (2006), autor do clássico "*A Memória Coletiva*", cujo conceito que dá nome ao livro iremos problematizar com a ajuda da perspectiva de outros pesquisadores.

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. [...] a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo as suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar o seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos

verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também mais distanciados. (HALBWACHS, 2006, p. 71-72)

Retornando aos objetivos dessa pesquisa, o principal questionamento que se pode fazer a respeito da instalação de um museu é: qual a representatividade das suas exposições, qual o simbolismo do seu acervo para o público em geral e para a comunidade em que a instituição está instalada? A princípio, entendemos que o museu é importante para o município e para a região ao oferecer a possibilidade de valorização da história do Sul do Maranhão, além de permitir ao público em geral perceber a riqueza cultural do povo sertanejo. Enfatizamos ainda os recursos pedagógicos que as exposições do museu oferecem para os estudantes do município obterem um conhecimento mais aprofundado de suas raízes históricas. Para além disso, os próprios responsáveis³ pelo MHC deixam claro sua ancestralidade e as origens dos itens do acervo: são pertencentes às famílias mais importantes da cidade, aquelas com certo patrimônio financeiro, ou seja, são relíquias da elite carolinense. Nosso desafio é justamente apresentar as diferentes narrativas que ora se alinham, ora divergem da proposta do MHC, ressaltando o aspecto cultural desses discursos.

Utilizaremos a etnografia como método principal, dando ênfase à descrição densa proposta por Geertz, entendendo esta como “o método de observação [...] que objetiva proporcionar a compreensão das estruturas significantes implicadas na ação social observada, que necessita primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada.” (TALAMONI, 2014).

O trabalho da etnografia, ou pelo menos um deles, é realmente proporcionar, como a arte e a história, narrativas e enredos para redirecionar nossa atenção, mas não do tipo que nos torne aceitáveis a nós mesmo, representando os outros como reunidos em mundos a que não queremos nem podemos chegar, mas narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos como jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas irremovíveis, que não temos como evitar. (GEERTZ, 2001, p. 82)

Eleito o método etnográfico, a observação direta foi a técnica fundamental na execução da pesquisa, por isso a maioria dos dados foram recolhidos a partir de anotações em campo ou transcrições de entrevistas gravadas em áudio ou vídeo, de acordo com a anuência dos interlocutores contatados. Além dos responsáveis pelo Museu Histórico de Carolina, contatados através de e-mails e telefone, durante os quais foram respondidos formulários,

³ Como explicaremos mais adiante, no terceiro tópico do segundo capítulo, a maioria é carolinense ou pessoas de alguma forma relacionadas à cidade que há bastante tempo elaboraram este plano em conjunto.

conversamos com cidadãos e moradores de Carolina, adultos de várias faixas etárias e gêneros distintos, buscando compreender não apenas sua opinião a respeito do museu, mas o que entendem por cultura e o legado histórico de sua cidade. Esses contatos foram estabelecidos em ambientes públicos, como praças, igrejas e o próprio museu, utilizando nossas conexões locais pré-existentes na aproximação com os interlocutores.

Se o método etnográfico se compõe de inúmeros procedimentos entre eles o levantamento de dados de pesquisa probabilística e quantitativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia, etc.), a observação direta é, sem dúvida, a técnica mais apropriada, seja para investigar os saberes e as práticas na vida social, seja para reconhecer as ações e representações coletivas na vida humana. Ela comporta perceber contrastes sociais, culturais, e históricos. As primeiras inserções no universo de pesquisa, conhecidas como “saídas exploratórias”, são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que o acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social se constrói. Esta demanda é habitada por aspectos comparativos que nascem da inserção densa do pesquisador, comprometido em refletir sobre a vida social, desde que disposto a vivenciar a experiência de inter-subjetividade, sabendo-se ao mesmo tempo objeto de observação [...]. O(A) aprendiz a antropólogo(a) coteja os aspectos que percebe cada vez mais orientados por questões teóricas-conceituais apreendidas já nos primeiros anos do curso de ciências humanas. (ROCHA; ECKERT. 2013, p. 54-55)

Em outras palavras, inspiradas por Roberto Cardoso de Oliveira (1998), podemos dizer que oferecemos neste trabalho uma escrita sistematizada, baseada na percepção disciplinada pelas diretrizes das Ciências Humanas, especialmente a Antropologia.

O tratamento dos documentos, fontes históricas (livros, revistas, monumentos, patrimônio material tombado e o próprio Museu Histórico de Carolina) e outras pesquisas, obedeceu ao critério heurístico da múltipla atestação e às proposições pontuadas pelo historiador Estevão C de Rezende Martins:

O conhecimento é duplamente histórico. De um lado, é histórico porque se dá no tempo humano refletido, imerso na historicidade de toda e qualquer existência. Fala-se, nesse caso, de um caráter histórico em sentido amplo. De outro, é histórico por ser produzido mediante práticas metódicas consagradas de pesquisa, que atendem a requisitos de controle de qualidade e de pertinência. Nesse segundo caso, fala-se de conhecimento histórico em sentido estrito.

Em ambos os casos, o conteúdo narrado é suposto estar em consonância com pelo menos três exigências. A primeira é a sua pertinência temporal com respeito aos interesses sociais presentes, às carências de orientação concretas emergentes no respectivo tempo atual. A segunda é a sustentação empírica nas fontes (de todos os tipos) em que a investigação busca sua fundamentação como discurso sobre o passado. A terceira é a resultante expositiva, cujo argumento narrativo deve dotar-se de virtude convincente em bases racionais controláveis (reconstrutíveis), independentes de recursos afetivos, como a sugestão, a sedução ou a emoção.

[...] O que se deve preservar, na perspectiva do método científico, é a impessoalidade do resultado historiográfico final. Não se confunda, porém, essa impessoalidade com insensibilidade ou alienação. Inversamente, a impessoalidade é a garantia de sobrevivência da explicação argumentada para além da paixão entusiástica. (MARTINS, 2009, p. 9-10).

Na apreciação das exposições do Museu Histórico de Carolina, seguiremos as orientações oferecidas pelo material disponível sobre museologia na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), consultada em maio de 2018.

Uma exposição se realiza no encontro entre sujeito (visitante) e objeto (conjunto expositivo), ou, numa concepção mais abrangente e atual, entre a sociedade e seu patrimônio. [...] Uma exposição se baseia na escolha e na apresentação de objetos que possam sustentar uma narrativa sobre um assunto determinado. (BORDINHÃO; VALENTE; SIMÃO, 2017, p. 8)

A intenção é se apropriar dos critérios estabelecidos pela museologia para auferir os procedimentos e narrativa desenvolvidos no Museu Histórico de Carolina, procurando perceber como esta instituição constrói e apresenta a história do município. Outros objetivos secundários são identificar o patrimônio histórico e cultural carolinense e citar as presenças e ausências regionalmente representativas no museu.

Para basear nossas análises do cenário em que se insere o MHC utilizaremos o conceito de “fronteira” proposto por Ulf Hannerz (1997, p. 20), o qual compreende “regiões, nas quais uma coisa gradualmente se transforma em outra, onde há indistinção, ambiguidade e incerteza”. Outro conceito de Hannerz que nos guiará é o de “híbrido”, também possível de ser entendido como “mestiço”, que corresponderia ao habitante por excelência da “fronteira”, essa zona de interstícios, no caso que pesquisamos, o morador de uma determinada cidade ribeirinha localizada nas margens dessa grande via de comunicação, separação e unidade que é o Rio Tocantins, onde as margens ora são opostas, ora são complementares, dependendo do lugar, do tempo e da conjuntura social.

Em síntese, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que pretende, primeiramente, oferecer uma descrição do cenário onde está instalado o Museu Histórico de Carolina para, a partir desse panorama, demonstrar quais são as “teias de significado” (GEERTZ, 2008) que dão suporte e ao mesmo tempo são referenciadas pelo museu. Por isso, organizamos os capítulos de forma que o leitor primeiro conheça aspectos da cidade de Carolina e daquilo que já foi escrito sobre ela, para então depois apresentar o acervo do MHC. Sendo assim, invertemos a ordem do nome do museu, falando inicialmente da cidade, depois de sua história e por último da instituição. Os três capítulos tem três tópicos cada um,

intitulados com categorias de pensamento que exploram aspectos relativos a cada assunto, totalizando nove tópicos, numa referência às nove musas olímpicas da mitologia grega e ao sumário do livro *As Musas: Poesia e Divindade na Grécia Arcaica* (KRAUSZ, 2007), uma das fontes pesquisadas neste trabalho.

2 CAROLINA: GEOGRAFIA & SOCIEDADE

2.1. “Carulinda”

A Map is not the Territory, and the Name is not the thing named

- Alfred Korzybski⁴

Se somos todos nativos de nosso lugar e tempo (SCHWARCZ, 2009), qualquer contato com os vestígios humanos de outra época é um encontro com a alteridade, com o diferente. Sempre foi assim que encarei as conversas que tenho com pessoas mais velhas, a leitura de livros ou quando visito prédios e casas antigas de minha cidade natal, embora, é claro, inicialmente minha imaturidade me permitisse apenas viajar para um outro mundo, o estranho mundo que é a história de Carolina-MA; um quebra-cabeças para a vida toda: aparentemente indecifrável, mas cativante e encantador. Esse interesse nasceu das caminhadas que fiz durante minha infância e adolescência pelas ruas de Carolina, em busca de frutas da estação. No mês de outubro, ia na Praça Getúlio Vargas, a chamada Rua Grande, catar mangas de grandiosas árvores centenárias, na frente de casarões antigos. Um deles é um prédio grande com letras garrafais em seu pórtico, “Racionalismo Cristão”, onde certa vez adentrei sem convite (porque a porta estava aberta) e pude ver uma coleção de livros velhos numa estante encostada numa das paredes de um amplo salão com assoalho de madeira empoeirada. Em agosto, também ia ao Aeroporto pegar caju, quando visitava parentes que moravam em uma das casas da vila militar. É um lugar que evoca constantemente os relatos de tempos mais agitados, de movimentação constante. Mesmo aqueles conterrâneos nascidos após esses dias dourados vão lembrar-se das apresentações da Esquadilha da Fumaça em ocasiões solenes ou do pouso de aviões militares e civis que chamavam a atenção curiosa da população que ia prestigiar a visita de alguma celebridade artística ou política. São experiências que carregamos em nossa diáspora sertaneja, a migração em busca de melhores oportunidades realizada por inúmeros nordestinos.

Embora afetivas, considero essas lembranças triviais, nem especialmente singulares ou particularmente notáveis. São apenas um ponto de partida, a fásca que ascendeu o incêndio. Afinal, muito fácil para o natural de qualquer localidade ser apaixonado pelas suas origens, no entanto, numerosos são os relatos de visitantes que podem corroborar com os motivos dos carolinenses amarem tanto a sua terra. Um acontecimento do qual me lembro com certa admiração é uma peça publicitária na forma de um cartaz colocado nas principais

⁴ Apud Moura, 2011, p. 165.

ruas e avenidas do centro da cidade em comemoração ao aniversário de Carolina-Maranhão, que é celebrado no dia 08 de julho. Iniciativa do Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela construção da hidrelétrica de Estreito, a homenagem trazia fotografias de pontos turísticos e os seguintes dizeres: “É ‘CARULINDA’ MESMO!”.

Isso ocorreu no ano de 2010, no auge das construções da hidrelétrica, e o movimento na região era frenético, tanto no canteiro de obras, em Estreito-Maranhão, quanto nas demais cidades, com equipes diretamente vinculadas ao CESTE e às empresas terceirizadas realizando suas diversas atividades nos 12 municípios envolvidos pelo empreendimento, na zona urbana e na rural. E era andando pelo interior de Carolina, visitando propriedades que seriam impactadas e conversando com moradores, que os funcionários dessas empresas ouviam a expressão usada na peça publicitária da qual acabei de me referir. Era comum a seguinte cena: numa estrada de chão típica do interior, uma caminhonete (geralmente L200 ou Hilux) de alguma empresa cruza com uma pessoa a cavalo ou mesmo a pé e os seus ocupantes perguntam “Aonde vai amigo?” e ouvem a seguinte resposta “Pra Carulinda!”.

E muitas outras particularidades linguísticas foram ouvidas e notadas como a forma particular do maranhense dizer “não” (*hum-nam*) ou expressões ambíguas para medir distâncias (*binlí*, “bem ali”, e *binkí*, “bem aqui”); certamente qualquer turista ou visitante demora a entender como algo fica *dirmantelado* (“quebrado”); que o(a) carolinense não tem mania, tem *séshtu*; ou que tipo de comida é *chambarí* (uma espécie de mocotó de gado bovino). Esse vocabulário diferenciado tem singularidades em relação à capital do Estado⁵, como, por exemplo, em São Luís chama-se o cozido do intestino delgado de gado bovino de *dobradinha*, enquanto que no Sul do Maranhão é chamado de *panelada*. Notável também é a existência de um vocativo exclusivamente utilizado pelo sexo feminino⁶, *siázinha* ou *siá*, provavelmente uma contração da palavra “senhorazinha”, uma reminiscência da época colonial. Outras peculiaridades não demonstráveis neste texto estão relacionadas com a sonoridade, à entonação e ao cadenciamento da pronúncia das palavras que se constituem uma variação daquilo que se reconhece como sendo um sotaque nordestino⁷.

No entanto, outro aspecto perceptível, este visualmente, é o gradiente de cores de pele apresentada pela população carolinense, a maioria classificável como parda, variando de

⁵ A população ludovicense costuma se referir aos habitantes do interior como “continentais”, uma oposição em relação a eles que vivem na “Ilha”.

⁶ São igualmente comuns as expressões “Oh, muié!” ou “Merimã”. Uma expressão masculinizada utilizada por ambos os sexos é o popular “Marrapá” (contração de “Mas rapaz”) ou o não menos conhecido “Marmoço” (“Mas moço”).

⁷ Uma representação interessante dessa diversidade linguística é apresentada no filme “Ai que vida!” (2008), uma obra cinematográfica produzida, dirigida e com performances de maranhenses.

acordo com as características que os aproximam de negros, brancos ou indígenas. Por falar nestes últimos, são raras suas aparições na cidade, poucos sabem que são membros da etnia Krahô⁸, embora seja conhecida a atuação de antropólogos (“o povo que mexe com os índios”) vinculados ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI). A cultura negra é representada pela existência de espaços dedicados à prática dos rituais das religiões de matriz africana, popularmente conhecidos como “têrêcôs”, de localização sempre discreta ou velada, em virtude do preconceito associado às suas atividades. Quanto àquela parcela que aparenta ter alguma ascendência europeia estão vinculados à elite econômica da cidade, com raras exceções, como alguns trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Tais observações encontram fundamento nas proposições de Mércio Pereira Gomes:

No Brasil, temos que encarar o fato de que as relações sociais entre “brancos” e “negros”, embora não se caracterizem pelo sentimento de rejeição étnica, histórica, tampouco cultural, se dão, muitas vezes, em clima de ambiguidade, fruto de um tipo de preconceito disfarçado, resultando em visível discriminação. Os termos estão entre aspas porque, como se sabe, a mestiçagem no Brasil foi intensa e produziu uma gama de matizes de coloração que confunde o observador sobre quem pode ser considerado branco e quem negro. Mais ainda, quem se considera uma coisa outra. No Brasil, a função da raça pura ou pureza de raça é de pouca valia ideológica, mesmo entre as pessoas que se dizem brancas e se acham superiores socialmente. (GOMES, 2017, p. 87).

Estes são vislumbres dos aspectos gerais presentes na cultura e no fenótipo da população de Carolina. Passaremos agora ao elemento que lhe torna mais conhecida: sua paisagem geográfica.

⁸ Apesar desse desconhecimento com relação aos povos autóctones do município, a população carolinense parece ter recebido deles algumas influências culturais presentes em seu folclore, como, por exemplo, os relatos de que pessoas que cometem incesto são amaldiçoadas com a transformação involuntária em um tipo de ser sobrenatural difícil de identificar, é dito apenas que o(a) transgressor(a) "vira bicho". Outra lenda semelhante é a do índio idoso que vira “capelobo”, algo parecido com um lobisomem. Essa associação pode ser verificada a partir de pesquisas realizadas entre povos Timbira que habitam as proximidades do Rio Tocantins, tanto na região do Sul do Maranhão, quanto do Norte do Tocantins (GIRALDIN, 2012). Esses relatos sobre *visagens*, assombrações e criaturas sobrenaturais, como o Nêgo d'água, o Pé-de-garrafa ou a Martinta Pêra, são coletivamente chamados de “histórias de trancoso”.

2.2 “Paraíso das Águas”

Carolina, minha mina, meu tesouro do lugar; se eu cair na cachoeira, nunca mais vou te deixar [...]
– “Carolina”, Papete (1994)

O município de Carolina pertence à mesorregião Sul do estado do Maranhão, na margem direita do Rio Tocantins, o qual limita a cidade com as cidades de Filadélfia, Babaçulândia e Darcinópolis, no estado do Tocantins. Carolina também faz fronteira com os municípios tocantinenses de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos. Seus vizinhos maranhenses são os municípios de Estreito, Feira Nova do Maranhão, Riachão e São Pedro dos Crentes.

No seu território de 6.441,603 km² habitam cerca de 23.959 pessoas (BRASIL. IBGE, 2017), incluindo sua extensa zona rural, onde desde longa data é praticada a agropecuária. Atualmente, o turismo é a atividade de maior evidência na cidade, aquecendo sua economia no período de maior visitação, que vai dos meados do mês de maio até o fim de agosto. Por conta disso, a hotelaria é um ramo crescente na cidade. Os turistas são atraídos para o município por conta do chamado “turismo de aventura” ou “ecoturismo”, pois Carolina é conhecida nacionalmente por suas dezenas de cachoeiras, algumas de beleza singular, como as cachoeiras de Pedra Caída, Itapecuruzinho, São Romão e Prata.

Mapa 1 – Localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas



Fonte: Internet <<https://www.nugeo.uema.br/?p=11036#prettyPhoto>>

Além disso, o Parque Nacional da Chapada das Mesas⁹, representado no mapa acima, tem sua maior porção localizada em território carolinense, compondo uma área de preservação ambiental do bioma Cerrado, protegendo a nascente de vários rios que cortam o município e são afluentes do Rio Tocantins. Essa prodigalidade de recursos hídricos é uma característica geral da bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, a qual ocupa uma superfície de 918.273 km², equivalendo a cerca de 11% do território brasileiro, contendo inúmeros aquíferos, depósitos subterrâneos de água (BRASIL, 2006) alguns identificados na região atingida pela barragem de Estreito pelo Programa de Monitoramento Hidrogeológico do CESTE.

Na verdade, toda a mesorregião sul-maranhense é uma transição do bioma do Cerrado para a Amazônia, entrecortada por remanescentes de outros tipos de florestas, como as matas de cocais, onde são abundantes as palmeiras de babaçu. Uma prodigiosa fauna habita essa localidade, desde animais de pequeno porte como preás, tatus, macacos e pássaros diversos a mamíferos maiores como porcos-espinho, catitus¹⁰, veados e onças, além de numerosos répteis como cobras, tartarugas, lagartos e jacarés, todos eles perdendo progressivamente seu espaço para o ser humano (BENEDICTO, 2018). É notável, portanto, a urgência na aplicação de políticas públicas efetivas direcionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável.

A necessidade de políticas públicas que de fato sejam postas em práticas é urgente, uma vez que o turista necessita dos mesmos serviços que a população local, e a preservação do recursos naturais, a exemplo do Rio Tocantins, precisam de ações para a melhoria da qualidade ambiental e de vida de Carolina. [...] A apropriação de espaços naturais cresce rapidamente, tornando-se um fator preocupante, visto que o município se encontra em um ambiente de cerrado e que possui diversas fragilidades. A falta e/ou ineficiência de projetos para educação e interpretação ambiental é um indicador da carência na preservação ambiental, aliados a um mercado que visa o consumo do natural em detrimento do ganho de capital. (MUNIZ, 2018, p. 183.)

O núcleo urbano de Carolina, assim como da maioria das cidades nas margens do Rio Tocantins, tem sua parte mais antiga localizada nas margens do rio, constituindo um efeito particular de conurbação, uma vez que este conceito é geralmente aplicado ao crescimento de metrópoles; já na região de fronteira entre os estados do Tocantins e Maranhão é comum existirem cidades ocupando margens opostas do rio, uma em frente à outra,

⁹ Esse nome se dá em virtude da aparência de muitos morros e montes da região, que tem o cume reto, semelhante a uma mesa.

¹⁰ Uma espécie de porco-do-mato também conhecido como “queixada”.

construindo um processo histórico de singular intercâmbio sócio-econômico-cultural. No caso de Carolina, sua cidade vizinha mais próxima é a tocantinense Filadélfia. Outros casos de conurbação propiciada pelo Rio Tocantins são as cidades de Estreito-MA e Aguiarnópolis-TO, e Porto Franco-MA e Tocantinópolis-TO. Destacamos aqui que para os maranhenses, de forma geral, essa região de fronteira MA/TO é chamada de região tocantina, nomenclatura utilizada inclusive pela recém-criada Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Outra notável influência fluvial na cartografia de Carolina são os córregos que cortam a cidade, sendo necessário que cinco (5) pontes da área urbana fossem reconstruídas, aumentando seu tamanho e substituídas por pontes de concreto no caso das de madeira, por conta do enchimento do reservatório da hidrelétrica de Estreito, que atingiu cerca de 40% do território total do município, a maior parte na zona rural, onde também foram reconstruídas várias pontes.

Tamanha riqueza natural e cultural seria o suficiente para justificar a presença de um museu nessa cidade interiorana do Maranhão. No entanto, ainda há uma extensa, bicentenária, trajetória histórica a se explorar, mesmo que resumidamente, a fim de que possamos compreender de maneira mais profunda a importância do Museu Histórico de Carolina.

2.3 “Princesa do Tocantins”

“Nosso anseio resume-se em vê-la
Elevada a certa grandeza
De maneira que possa dar lustre
Às insígnias reais de princesa”
- “Hino Municipal de Carolina”, Nelson
Maranhão (1978)

Também conhecida como “princesa do sertão”, Carolina é uma das cidades que exibe uma homenagem à monarquia brasileira em seu nome, no caso à primeira imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina¹¹ (SILVA, 2015). É conhecida como uma cidade sertaneja por estar longe do litoral, posicionamento geográfico ao qual está associado o termo “sertão”¹².

¹¹ Seu nome completo era Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena (MUNIZ, 2018).

¹² Já no município de Carolina, essa dicotomia se dá entre a zona urbana (cidade) e a zona rural (sertão).

Como se pode observar, a palavra ‘sertão’ é ainda na atualidade, usada em várias regiões brasileiras para designar áreas interioranas, sejam elas os hervais no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, como a cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, as chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou a região de semi-aridez do Nordeste. (ANTONIO FILHO, 2011, p. 11).

O processo de ocupação do território onde atualmente encontra-se o município de Carolina aconteceu tardiamente e remonta ao início do século XIX. A porção que hoje corresponde à região Sul do estado do Maranhão foi gradativamente ocupada por vaqueiros vindos da Casa da Torre, na então província da Bahia, morgadio¹³ vinculado ao governo colonial e à coroa portuguesa. Ao se estabelecerem nas proximidades onde atualmente encontra-se a cidade de Pastos Bons (MA), após atravessarem o Rio Parnaíba, esses intrépidos homens foram conquistando o território por meio de enfrentamento violento com os habitantes autóctones (“tribos indígenas”) e fundação de fazendas de criação de gado, avançando até alcançar as margens do Rio Tocantins (FRANKLIN; CARVALHO, 2005). Uma das cidades sul-maranhenses resultantes desse processo histórico é o município de Carolina (MA).

Em meados do século XVIII, a pecuária ocupa o sertão de Pastos Bons, sul do Maranhão e avança sobre o Tocantins. De Pastos Bons, vão se espalhando as fazendas de gado que chegam ao Manuel Alves Grande, afluente do Rio Tocantins da margem direita, ocupando as áreas descendo o rio até alcançar o Tocantins (VELHO, 1981, p.25). Vindo do Maranhão, da Bahia e de Pernambuco, o gado vai ocupando as terras do Tocantins e modificando a paisagem do rio. (FLORES, 2009, p. 51)

Desde a fundação da primeira fazenda, em 1809, o Rio Tocantins cumpriu a função de ser o meio de ligação entre o chamado “Alto Sertão” e a cidade de Belém, na província do Grão-Pará, importante centro comercial. Esse movimento intensificou-se com o passar do tempo, tornando Carolina um importante entreposto comercial, transformando fazendeiros em comerciantes e vice-versa, os quais investiam cada vez mais na educação dos filhos que após de completa sua formação voltavam para casa com novas ideias para desenvolverem em sua terra natal. Foi assim que voluntariosos carolinenses construíram a primeira hidrelétrica da Amazônia, trouxeram concessionárias de carros, instalaram fábricas e abriram cinemas. Um aeroporto foi instalado na cidade e os voos eram frequentes, sendo fundado também um aeroclube pelos moradores locais (REIS; PEREIRA, 2007).

¹³ “Sem entrarmos em excessivos detalhes, referiremos que o morgadio tinha ‘por fim principal a conservação do lustre e nobreza de uma família’, ou seja, num primeiro relance, a manutenção do estatuto social privilegiado dos elementos da aristocracia, através da transmissão perpétua do patrimônio familiar”. (COELHO, 1980, p. 112-113)

Por ocasião da construção da rodovia federal Belém-Brasília, a BR-153, a navegação fluvial pelo Rio Tocantins perdeu sua exclusividade, competindo com uma rota terrestre mais segura e rápida. A elite política e econômica de Carolina não conseguiu se adaptar a essa mudança, que provocou o fechamento de fábricas e outros estabelecimentos, encerrou as atividades no aeroporto, a saída das concessionárias e a consequente perda da influência que Carolina exercia na região. Por conta dessa crise e seus efeitos, a cidade ainda é chamada por seus moradores de a “Terra do Já Teve”¹⁴ (REIS; PEREIRA, 2007).

No entanto, desde a década de 1990, muitos empreendedores locais, tanto do setor público quanto do privado, tem investido no turismo como uma alternativa para que a cidade volte a crescer e se desenvolver. Um dos destaques nessa área é o complexo turístico da Pedra Caída, que se tornou referência nacional, de propriedade do empresário Pedro Iran Pereira do Espírito Santo, o qual também dirige a empresa PIPES, conhecida pela atuação na área da navegação fluvial, com balsas atravessando veículos em vários pontos do Rio Tocantins e em outros rios de outros estados.

Após o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE-Estreito), em 2011, alguns pontos turísticos foram perdidos, como as praias da beira-rio na cidade vizinha de Filadélfia e a Ilha dos Botes, anteriormente acessível via barco pela zona rural. No entanto, as áreas inundadas criaram novas paisagens que atraíram visitantes amantes da pesca esportiva e esportes aquáticos. A grande movimentação trazida pela construção da barragem e as obras no entorno do reservatório trouxeram nova visibilidade para a região e um número crescente de turistas tem procurado a cidade de Carolina como local de passeio.

Esta exposição diacrônica nos coloca a par dos processos históricos que se desenvolveram em Carolina, com ênfase nos aspectos socioeconômicos, os quais demonstram como o Estado e os grandes investidores privados há muito tempo tratam esta região como uma área de expansão de seus interesses.

A UHE-Estreito representa o terceiro (re)arranjo espacial que a classe hegemônica impõe a Carolina, depois do gado e das grandes rodovias. São as mesmas relações de poder manifestadas no espaço e que promovem mudanças de acordo com seus interesses em detrimento das populações já existentes que são afetadas pela imposição de novos usos do espaço. Por dentro desses conflitos de uso, esses

¹⁴ Muito recentemente, no trabalho que exerço como carteiro na cidade de Tocantinópolis-TO, também ouvimos da população a mesma expressão relacionada ao município. Um dos exemplos apontados pelos tocantinopolinos é a existência de cinemas, permanecendo um prédio como lembrança desse período, localizado na esquina da Avenida Nossa Senhora de Fátima com a Rua Duque de Caxias. Apesar de apontada como cidade histórica pela Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins, não há praticamente nenhuma preocupação com a preservação de seu patrimônio material, como algumas casas da Rua 21 de Abril, que tem arquitetura que remete à época do auge da navegação comercial no Rio Tocantins, e estão sendo demolidas ou descaracterizadas.

sujeitos hegemonzados perdem acesso aos meios tradicionais de vida: a Água e a Terra. (PEREIRA, 2016, p. 98)

Nessa visão, tanto as populações autóctones de indígenas quanto os atuais moradores cidadãos brasileiros da região continuam vivenciando a exploração predatória dos recursos naturais e humanos disponíveis no território de Carolina. Aprofundando-se nessa perspectiva, podemos perceber também que as características desse espaço geográfico diferem dos estereótipos aplicados genericamente à região Nordeste do Brasil, conhecida, em parte, pelas misérias provocadas pelo clima semiárido. Como os dados acima apontam, as dificuldades dos habitantes da região estão mais relacionadas a arranjos socioeconômicos do que a problemas ambientais. Tais considerações encontram suporte nas análises propostas pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em “*A Invenção do Nordeste*” (2011).

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fato humanos, são pedaços de história, magma de fragmentos que se cristalizam, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. [...]

Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético- discursiva. [...] Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um *topos*, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 79)

Em acordo com essas proposições, podemos apontar para o caráter diversificado dos vários aspectos sociais e culturais que compõe as comunidades que habitam a fronteira entre o Norte do Tocantins e o Sul do Maranhão, destacando-se a transitoriedade de seus elementos constitutivos, seja na aparência geográfica, seja nos seus elementos humanos, que a tornam um lugar singular tanto em relação ao Nordeste quanto à região Norte do país. No próximo capítulo, comentaremos diversas manifestações da herança cultural carolinense, tanto em seus aspectos materiais quanto imateriais e o lugar social do discurso predominante sobre a história de Carolina – Maranhão.

3 HISTÓRIA: TEORIA & ESCRITA

3.1 “Terra do Já Teve”

“Nunca digas: Por que foram os dias passados melhores do que os de hoje? Pois nunca com sabedoria isso perguntarias.”
- Eclesiastes 7:10

Um ditado comum na região é que é “melhor sempre ter sido pobre do que ter sido rico e depois ficado pobre”. Tal sentimento parece unanimidade entre os carolinenses, mesmo os mais jovens. Um dos motivos são os relatos nostálgicos dos mais idosos sobre os anos de destaque regional de Carolina. Eles são corroborados pelos quase que onipresentes vestígios dessa época faustosa: nos balneários das cachoeiras gêmeas do rio Itapecuruzinho jazem silenciosas as ruínas razoavelmente bem preservadas da primeira hidrelétrica da Amazônia, construída entre 1939 e 1941, projeto idealizado e executado por um consórcio liderado pelo carolinense Newton Carvalho. Fizemos referência anteriormente a respeito do Aeroporto próximo ao bairro do Ticoncá¹⁵, o qual ainda serve de ponto de apoio a aviões civis e militares, seja disponibilizando combustível, seja por meio dos instrumentos auxiliares de navegação aérea operados pelos funcionários do posto da Infraero. No centro da cidade, a arquitetura de algumas residências antigas exibe um *design* bem elaborado, como sobrados com pórticos e colunas que lembram o estilo colonial predominante nos bairros do centro histórico da capital São Luís-MA. Merece destaque o prédio, recentemente reaberto, da extinta Associação Recreativa Carolinense (ARCA); logo em frente, está a Câmara Municipal, onde antigamente localizava-se um dos cinemas da cidade, e o imóvel ainda mantém as características arquitetônicas de uma antiga sala de exibição de filmes.

No entanto, a área que foi reconhecida e tombada, conforme o Decreto nº 12.954 de 12 de fevereiro de 1993, pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão¹⁶ (DPHAP/MA) localiza-se, em sua maior parte, na Avenida Getúlio Vargas, também conhecida como “Rua Grande”, calçada por bloquetes em forma de hexágono,

¹⁵ Não conseguimos descobrir qual a origem ou motivo do nome desse bairro, que surgiu após a fundação do Aeroporto de Carolina.

¹⁶ Criado em 11 de julho de 1973, através do Decreto nº 5069, e atualmente vinculado à Superintendência do Patrimônio Cultural – SPC, órgão da Secretaria de Estado da Cultura – SECMA. Tem como missão prioritária “a preservação, recuperação e revitalização de bens móveis e imóveis, no propósito de assegurar a defesa, conservação e valorização do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e paisagístico” do Estado do Maranhão.

composta por mais de cinquenta imóveis que a ladeiam e são separados por uma praça que vai da Igreja Matriz da cidade até a Praça Alípio de Carvalho, também conhecida como a “Praça da Prefeitura”, onde também encontram-se a tradicional lanchonete “Lanche Central”, a agência local dos Correios e o Colégio Santa Cruz¹⁷. Essas casas tombadas pelo DPHAP/MA apresentam características arquitetônicas e estéticas que remetem tanto às primeiras moradias construídas no município quanto ao período do apogeu de desenvolvimento econômico e social de Carolina. Residências das famílias ricas da cidade, apresentam uma divisão do espaço típica do tempo dos coronéis, com sala para receber visitas e corredores separando as áreas mais privadas, como quartos e cozinha. Muitas contam com um pequeno pátio central ao redor do qual o imóvel parece ter sido construído, onde reuniões com amigos e familiares são realizadas. Essas características se encaixam no ordenamento do espaço social brasileiro identificado por Roberto DaMatta (1997).

Aqui, o espaço é rigidamente demarcado e dividido pelas varandas, salas de visitas, salas de jantar, cozinhas, banheiros, quartos de dormir, as “dependências das empregadas” e áreas de serviço, de tal modo que a casa, como uma totalidade, revela um conjunto de espaços onde uma maior ou menor intimidade é permitida, possível ou abolida. (DAMATTA, 1997, p. 91).

Um hábito de sociabilidade que se mantém até hoje, tanto nessa rua quanto nos demais bairros de Carolina, são as conversas que se travam nas calçadas, “na porta da rua”, momento e lugar em que se atualizam as novidades sobre conhecidos e personalidades públicas, as “fofocas”, por isso, muito viva no imaginário carolinense é a figura da “velha fofoqueira que dá conta da vida de todo mundo”. Espaço intermediário entre a rua e a casa, a fronteira entre o público e o privado, a calçada é o *locus* do encontro, do trânsito e das comunicações, ou seja, é o lugar por excelência das interações. Essa situação se potencializa quando há uma praça em frente às moradias, pois este elemento se configura num espaço que propicia a socialização da comunidade, além de sintetizar e “representar os aspectos estéticos da cidade: é uma metáfora de sua cosmologia” (DAMATTA, 1997, p. 94).

¹⁷ Essa instituição sucedeu o Colégio Divina Providência e este o famoso Colégio Dom Emiliano Lonati, escola particular confessional administrada por grupos religiosos católicos romanos. A demolição do antigo prédio dessa instituição de ensino causou certa comoção popular à época da construção das novas instalações, sendo um dos motivos a inclusão desse imóvel na área tombada pelo DPHAP/MA.

Fotografia 1 – Catedral da Igreja Matriz



Fonte: Arquivo MHC.

Nessa praça da larga Avenida Getúlio Vargas, que se estende por cerca de 500 metros, podemos encontrar além da bela catedral da Igreja Matriz¹⁸ citada anteriormente, a Casa Paroquial e o hoje extinto Seminário Católico, onde antigamente formaram-se muitos religiosos. Mais à frente, quase no meio da praça, encontra-se o busto em bronze do importante educador local José Queiroz, também homenageado com o nome de uma escola localizada na Praça do Estudante, onde também podem ser encontrados os renomados Centro de Ensino Sertão Maranhense e a Escola Batista de Carolina¹⁹.

¹⁸ Ali estão enterrados dois bispos da diocese. Suas paredes são ornamentadas com lindas pinturas sacras inspiradas em afrescos renascentistas. São comuns na internet fotos panorâmicas tiradas a partir da torre do sino.

¹⁹ É importante referir o investimento das religiões evangélicas na região. Entre os pioneiros estão os missionários da Igreja Batista, que fundaram a Primeira Igreja Batista (PIB) de Carolina em 1928 através de um trabalho de letramento de pessoas analfabetas e relacionamentos com indivíduos de destaque no município. Ao perceber o potencial de desenvolvimento da cidade, a Convenção Batista Brasileira (CBB) construiu o Instituto Batista de Carolina, hoje Escola Batista de Carolina, com 83 anos de atividade ininterrupta, última e única instituição de ensino diretamente administrada pela CBB através de missionários vindos da capital fluminense, sede da convenção. Por conta do empenho na fundação de novas igrejas pela PIB de Carolina, responsável pelo estabelecimento de igrejas em Filadélfia-TO, Goiatins-TO e Estreito-MA, foi instalado também um seminário para formação de pastores que teve duração de cerca de 20 anos, sendo transferido posteriormente para Araguaína-TO. A própria existência da Convenção Batista do Tocantins (CBT), que exibia esse nome antes da criação do estado do Tocantins e auxiliava igrejas no Pará e no Maranhão, é uma evidência do fluxo constante de pessoas de várias partes do país por esses territórios. A PIB de Carolina é a última cidade fora do estado do Tocantins ainda vinculada à CBT, um fato que demonstra um aspecto do permanente relacionamento entre os estados vizinhos.

Fotografia 2 – Obelisco em homenagem a Tiradentes e ao Centenário da Independência



Fonte: Arquivo MHC

Outros monumentos interessantes são uma homenagem do Rotary Club à uma mangueira centenária, um obelisco em homenagem a Tiradentes e ao Centenário da Independência, no qual está guardada uma capsula do tempo contendo cartas e documentos destinados a serem abertos em 7 de setembro de 2022; e também o Portal do Ano 2000, que também contém uma capsula do tempo com abertura prevista para o ano de 2100. Ainda ali, estão localizadas duas pousadas e uma agência de turismo, talvez os residentes que mais se beneficiam de toda essa simbologia associada a essa parte da cidade, uma vez que os demais moradores reclamam das limitações impostas pelo tombamento na forma de processos burocráticos na liberação de reformas e venda de imóveis. Embora incômodas, essas medidas são a salvaguarda desses imóveis, alguns deles já descaracterizados, que se enquadram na descrição de que tipo de bens se considera como sendo “patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado”, conforme Decreto nº 5.069, que cria o DPHAP/MA.

- a) construções e obras de notável qualidade estética ou particularmente representativos de determinada época ou estilo; b) prédios, monumentos e documentos intimamente vinculados a fatos memoráveis da história local ou a pessoal de excepcional notoriedade; c) monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive agenciadas pela indústria humana, que possua especial atrativo ou sirva de “habitat” a espécies interessantes da flora ou fauna local; d) sítios arqueológicos. (PACHECO, 2014, p. 82)

Para além de toda relação com um representativo patrimônio material, por conta de seu amplo espaço capaz de concentrar cerca de quatro mil pessoas, é nessa área que alguns eventos culturais são realizados, sendo o mais importante deles o centenário festejo do padroeiro da cidade, São Pedro de Alcântara, antigo nome do município (ALMEIDA, 2007). Ocorrendo durante cerca de uma semana, com encerramento no dia 19 de outubro, o festejo é organizado pelos paroquianos, que constroem barracas de madeira com teto de palha, nas quais vendem comidas típicas e outras guloseimas, além de bebidas de vários tipos, incluindo alcoólicas. Com o passar dos anos, a quantidade expressiva de pessoas atraiu vendedores ambulantes que há certo tempo já são presença garantida, trazendo produtos de várias espécies, especialmente roupas, calçados e brinquedos. Um parque de diversões também é instalado na praça nessa época, contribuindo para o fluxo crescente de pessoas. Essa complexa dinâmica social ali desenvolvida nos remete às considerações de Ulpiano T. Bezerra de Menezes que apontam os núcleos urbanos “como o *locus* privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural” (MENEZES, 2006, p. 40).

Digno de nota é o fato de toda essa área estar sob observação do programa ambiental de Monitoramento Hidrogeológico, relacionado ao PBA da UHE-Estreito, pois encontra-se próximo da margem do reservatório, a cerca de 800 metros do rio. É possível constatar isto pela existência de um piezômetro nessa praça, aparelho esse que mede a variação do nível de água dos aquíferos²⁰, abastecidos pelas chuvas, localizados no subsolo da cidade. Anos atrás, na década de 1960, uma equipe da Petrobras realizou prospecções procurando um possível reservatório de petróleo previsto em apontamentos técnicos prévios. No entanto, o que se achou foi um imenso reservatório de água, usado até hoje para abastecer parte do município. Por essa razão, a rua que dá acesso à subestação é chamada de “Rua do Petróleo”.

Anteriormente, citamos o Parque Nacional da Chapada das Mesas, localizado entre as rodovias federais BR-010 e BR-230, incluindo partes dos municípios de Estreito-MA e Riachão-MA. Nessa área de preservação são encontrados dois patrimônios também tombados pelo DPHAP/MA, o Morro das Araras e o Morro das Figuras, onde podem ser observados paredões com inscrições rupestres de habitantes pré-colombianos, com datação estimada em milhares de anos. Essa identificação de sítio arqueológico foi fundamental para a preservação desse patrimônio ambiental, sendo que a criação do Parque da Chapada das Mesas foi resultado de “um movimento popular intitulado SOS Rio Farinha com o objetivo de criar uma

²⁰ “É considerada água subterrânea apenas aquela que ocorre abaixo da superfície, na zona de saturação, onde todos os poros estão preenchidos por água. A formação geológica que tem capacidade de armazenar e transmitir água é denominada aquífero”. (CORREIA FILHO, 2011, p. 27).

unidade de conservação para preservação dos recursos hídricos ali existentes” (MUNIZ, 2018). Essa mobilização impediu a construção de hidrelétricas “que afetariam duas cachoeiras de grande beleza e interesse ecológico no Rio Farinha”, a cachoeira do Prata e a de São Romão, “e protegeu também uma riqueza cultural muito importante para a humanidade, a exemplo das inscrições rupestres encontradas em paredes areníticas, no Morro das Figuras” (MUNIZ, 2018). De fato, pesquisas arqueológicas recentes apontam que tanto o Morro das Figuras quanto o Morro das Araras esboçam “em seu conjunto representações humanas, astronômicas, pegadas de animais, entre outras formas de difícil caracterização” (ROCHA, 2016).

Fotografia 3 – Inscrições rupestres no Morro das Figuras.



Fonte: Arquivo MHC.

Fica demonstrada assim a importância vital, ainda que limitada, da atuação do DPHAP/MA na identificação e reconhecimento do patrimônio material e imaterial do Estado do Maranhão, muito restrito ao conhecimento público, que tem suas atenções voltadas em sua maior parte para a capital, São Luís, cidade nomeada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, onde o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem um trabalho mais visível e consistente.

Toda essa riqueza em marcos materiais que evocam a passagem e movimentos de tantos agrupamentos humanos através do tempo nos remete ao conceito de *monumento* proposto pelo historiador Jacques Le Goff, em “*História e Memória*”.

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF. 2005, p. 526)

Em Carolina, os nomes das ruas, as praças e prédios públicos e privados são um registro silencioso do seu passado movimentado e motivador de reações ambíguas por parte de sua população, ora orgulhosa, ora decepcionada. Seguimos adiante, falando de produções literárias e historiográficas cuja temática são a cultura carolinense.

3.2 Literatura, Memorialismo e Historiografia

A diversidade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele.
(BLOCH, 2001, p. 79)

No cenário literário nacional, a região Nordeste aparece como um referencial cultural brasileiro e local de origem de muitos nomes consagrados como Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Manuel Bandeira, entre outros. O Maranhão muito contribuiu nesse campo artístico com personalidades de destaque e obras de inestimável valor, como o caxiense Gonçalves Dias, cujo inesquecível verso de “*Canção do Exílio*” foi incorporado ao Hino Nacional²¹. Destaque merece também aquela que é considerada a primeira romancista brasileira, a professora Maria Firmina dos Reis, negra defensora da causa abolicionista, autora do romance “*Úrsula*”, publicado em 1859. A efervescência de uma consistente produção literária regional inspirou muitos outros escritores desde a capital São Luís aos mais afastados rincões do interior, estimulando o aparecimento de muitos grupos e instituições que primavam pelo cultivo de uma cultura que servia como elemento de distinção social, como veremos no tópico seguinte.

Ligando o contexto literário nacional ao tema regionalista desta pesquisa, encontramos um premiado livro cheio de curiosas peculiaridades. Nele, Carolina aparece como palco de um dos episódios verídicos mais tristes e misteriosos das Ciências Humanas no Brasil: o obscuro suicídio do antropólogo norte-americano Buell Quain, discípulo de Ruth Benedict, ocorrido em 2 de agosto de 1939, quando este voltava para a cidade após trabalho

²¹ “(...) nossos bosques tem mais vida, nossa vida mais amores”.

de campo em uma aldeia indígena krahô na zona rural. Essa temática lúgubre escolhida por Bernardo de Carvalho para ser a base de sua ficção “*Nove Noites*” (2006) preenche tanto seu texto que torna irreconhecível a cidade de Carolina²², que ganha uma descrição melancólica e soturna, tal a força do mistério e da tragédia, que não encontram uma resposta definitiva, o que torna o romance deveras instigante. Importante salientar a denúncia sutil, feita pelo autor, do genocídio e da perda de terras ancestrais sofridos pelos Krahô em Carolina.

Nessa esteira da ficção, o carolinense²³ Paulo Queiroz inspirou-se na mesma Carolina do início de século XX visitada por Buell Quain para escrever seu romance “*Anna Carolina*” (1999), procurando descrever os costumes e preconceitos daquela época. O autor era militar reformado e filho do educador José Queiroz, “Coronel Paulo”, como era conhecido, também publicou uma revista, a “*Revista Século XX: gente que fez Carolina*”, com biografias de personagens de destaque da história recente de Carolina, iniciativa imitada por outras publicações similares, num padrão superior de qualidade gráfica, que resgataram parte significativa da memória visual de Carolina e da região.

Essas produções são uma manifestação recente e variante de um estilo literário regional que poderíamos classificar como memorialista, geralmente apresentado na forma de crônicas ou contos reunidos sob o formato de livro, como a obra “*A cidade das Mangueiras Centenárias*” (2008), de Alfredo Maranhão, que busca relembrar episódios significativos ocorridos em Carolina ou com personalidades carolinenses. Recentemente, algumas biografias muito interessantes também vieram a público, como “*Newton Carvalho – Um realizador de Sonhos*” sobre o responsável pela construção da hidrelétrica do Itapecurizinho, e “*O Rei do Rio*” sobre o empresário Pedro Iran, proprietário da PIPES, ambos de autoria das irmãs Rosa e Zilma Carvalho. Outro trabalho biográfico de destaque é o do advogado Ulisses Braga em homenagem a seu amigo, “*Celecino*” que se contrapõe aos citados anteriormente ao tratar da trajetória de um migrante negro que com muito esforço superou sua origem humilde e conquistou lugar de proeminência e respeito, chegando a ocupar o cargo de vereador em Carolina. É evidente nessas produções a preocupação em manter vivo o legado não apenas do município, mas dos grupos que compõe a sua elite econômica, política e social, os quais encontram na intelectualidade a expressão de sua posição social, como veremos no próximo tópico.

²² Prova disso é que nos comentários de leitores na internet poucos conseguem entender que Carolina fica no estado do Maranhão e não no Tocantins.

²³ O destaque dado deste ponto em diante à naturalidade dos autores citados serve para dar ênfase ao esforço produtivo dos habitantes da região.

Percebe-se, assim, que as narrativas memorialísticas não possuem o objetivo de constituir um retrato fiel da realidade, sendo seu interesse maior narrar sobre os acontecimentos que, de alguma forma, foram importantes na vida do narrador e daqueles que compõe seu círculo social, como família e amigos. (...) A narração de memórias é, portanto, uma experiência de recordação do autor na medida em que precisa voltar ao passado e reviver, relembrar tudo aquilo que havia ficado para trás. Ao fazer essa viagem, o autor/narrador escolhe tanto os acontecimentos que marcaram sua trajetória de vida e que deseja trazer à tona no que diz respeito à melhor maneira de apresentar esses fatos. Afinal, a escrita de memórias pode funcionar como uma nova forma de viver o passado, uma oportunidade para se reescrever uma história acrescentando ou retirando dela aquilo que interessa ou não ao narrador ser conhecido por terceiros. O autor, nessa perspectiva, é o senhor de seu passado, determinado ele próprio a construção e consolidação de memórias. (SILVA, 2016, p. 13-14).

Outra forma de expressão dessa experiência e vivência em uma cidade ribeirinha do Rio Tocantins são os jornais impressos que tiveram publicação em Carolina ao longo do século XX, como o prestigiado “*A Tarde*”, sendo o mais recente deles o “*Folha do Maranhão do Sul*”, dirigido pelo ex-vereador Waldir Braga, que defendia justamente a criação do Estado do Maranhão do Sul, embora sua pauta alcançasse temas políticos, sociais e culturais de toda a região tocantina, além de notícias nacionais e internacionais. Suas atividades encerraram em 2015, com o declínio da saúde de “Seu” Waldir. Como testemunho de sua escrita enérgica e idealista, foi publicado o livro “*20 anos que mudaram o Brasil*” (2012), no qual encontramos um copilado dos mais representativos editoriais publicados na “*Folha do Maranhão do Sul*”, selecionados pelo próprio Waldir Braga, atestando seu empenho constante pela criação do estado do Maranhão do Sul, seja na defesa da proposta, seja participando de reuniões com grupos e instituições das mais diferentes naturezas que promoviam a causa (BRAGA, 2012).

A “*Folha do Maranhão do Sul*” foi um importante veículo de divulgação das atividades de grupos de intelectuais e empreendimentos vinculados a eles, como a Editora Ética, de Imperatriz-MA, que, sob a direção do saudoso jornalista e pesquisador Adalberto Franklin, membro da Academia Imperatrizense de Letras (AIL), publicou dezenas de obras que resgataram aspectos importantes da história regional e em especial de Carolina, três delas de muito valor no presente trabalho. Em “*Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons – A base geográfica e humana do Sul do Maranhão*”²⁴ (2005), Adalberto Franklin e o historiador João Renôr F. de Carvalho trazem ao público, e na íntegra, os relatórios do referido militar português responsável pela primeira expedição oficial que, no início do século XIX, propôs o estabelecimento do Rio Tocantins como fronteira entre as

²⁴ Os relatórios de Francisco de Paula Ribeiro são constantemente citados por vários autores, sendo uma das referências da pesquisa do etnólogo Curt Nimuendajú.

províncias do Goiás e do Maranhão. Tal questão de litígio entre essas províncias, que envolvia diretamente o município de Carolina, só seria resolvida quando esta foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto 527 da lei provincial, de 8 de julho de 1859, após defesa eficiente do deputado maranhense Cândido Mendes de Almeida, intitulada “*A Carolina*” (2007), republicada com introdução e notas de Adalberto Franklin, além de outros documentos relacionados ao contexto histórico em evidência. Por último, mas não menos importante, a dissertação das professoras Alda Almeida Miranda Reis e Maria Rita Brandão Pereira intitulada “*Carolina: apogeu, declínio e ressurgência*” (2007), também publicada pela Editora Ética, faz uma revisão historiográfica bastante abrangente, compondo uma das narrativas científicas mais apreciáveis sobre a cidade de Carolina em virtude de sua qualidade acadêmica, sendo oferecida nesta obra uma possível explicação para as circunstâncias que provocaram a perda da posição de destaque regional que Carolina usufruía em meados do século XX²⁵.

Todas as obras citadas tiveram tiragem limitada e não receberam nova edição, com exceção de “*Francisco de Paula Ribeiro (...)*” (2005), que chegou a ter uma 3ª edição. Outros livros importantes estavam inacessíveis no momento, como o excelente “*Caminhos do Gado*”, da historiadora balsense Maria do Socorro Cabral, referência constantemente citada nas obras pesquisadas.

O Museu Histórico de Carolina oferece algumas obras interessantes aos visitantes que apreciam a leitura de obras deste segmento. Além de livros de poesia, e das citadas obras biográficas das irmãs Rosa e Zilma Carvalho, estão à disposição para compra os livros “*História de Carolina*” e “*História de Filadélfia*”, do advogado e jornalista Otávio Barros, conhecido por escrever vários livros sobre a história do Tocantins.

Convém ressaltar que neste tópico não pretendemos esgotar o assunto relacionado às produções que tiveram Carolina como tema ou que citam a importância dessa cidade para a região, pois tal empreitada exigiria outra pesquisa, assim como, na verdade, cada tópico desta pesquisa. Nossa intenção é apresentar uma visão panorâmica que permita identificar alguns pontos relevantes ao refletir sobre a representatividade do Museu Histórico de Carolina e como as obras citadas são importantes na caracterização da cidade como um lugar de cultura reconhecida regionalmente.

²⁵ “Embora o desenvolvimento e o volume de negócios da cidade deixasse transparecer um cenário de solidez, os acontecimentos demonstraram ter sido Carolina dotada de uma economia frágil, tanto que veio a se desarticular quando a rodovia Belém-Brasília foi construída sem que seu traçado alcançasse a cidade, deixando-a de fora dessa nova rota de comunicação e desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, criando novos centros de atração econômica e populacional com os quais não pôde competir”. (REIS; PEREIRA, 2007, p. 56).

Resta-nos agora relacionar essa pujante produção no universo das letras à existência secular de grupos interessados no cultivo da arte e da intelectualidade, conforme veremos no próximo tópico.

3.3 Uma elite intelectual sertaneja

[...] quando os filósofos descem de suas 'torres de marfim' ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar ideias que têm valor cívico, social ou político, eles tornam-se intelectuais.
– Edgar Morin²⁶

Se existe algo claro no imaginário popular sobre a vida pública da sociedade brasileira é que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, como diz o velho ditado. Esse senso autoritário, fruto de um patriarcado estabelecido pelo processo de colonização marcado pela imposição violenta de um modelo ibérico de organização social (SCHWARCZ; STARLING, 2018), preenche as relações íntimas e coletivas de tal maneira que ainda hoje convivemos com denúncias de abuso doméstico, assédio moral nas empresas e favorecimento particular no uso da gestão governamental, apesar de nossa estrutura judicial garantir pela lei e para a lei a igualdade entre os cidadãos, o direito à expressão de pensamento e ao acesso à informação. Incluído nesse ranço do Período Colonial está a figura do “Doutor”, expressão que é usada na linguagem coloquial para demonstrar estima e respeito de uma determinada pessoa para outra. Considerando que durante muito tempo a educação de modo geral era acessível apenas às camadas mais abastadas, fica perceptível nessa palavra a compreensão da inerente desigualdade social e estratificação da sociedade brasileira.

A aristocratização do ensino permitiu florescer um tipo de pensamento que valorizava sobremaneira a intelectualidade, em detrimento da ocupação técnica ou daquela que necessitava de algum tipo de esforço físico. A distinção e o poder gerados pelos atributos das profissões liberais se inculcaram ideologicamente no seio da população. Para Sodré (1970), é um tipo de sociedade que encontra na atividade intelectual a base para a classificação social e, conseqüentemente, para a conquista do poder político. (AVELAR; BITTENCOURT, 2011, p. 59).

Como consequência dessa situação, surgem grupos e organizações que celebram e cultivam a intelectualidade, retroalimentando um sistema social conservador que distingue

²⁶ MORIN, 1986 apud LIMA, 2008

peessoas e preserva privilégios. No entanto, paradoxalmente, em virtude das crescentes influências liberais na sociedade brasileira, sempre houve a luta pelo acesso à educação às camadas populares, na crença de que o ensino propicia a oportunidade de desenvolvimento socioeconômico, essencial ao mito do progresso contínuo que se instalou na sociedade ocidental após a Revolução Industrial. Contraditoriamente, fica a intelectualidade entre o mito liberal da meritocracia e o dogma conservador da aptidão natural à liderança.

Transmitido ao longo de gerações hegemônicas, e seguido pelas classes sociais em ascensão, o sonho da obtenção do título de bacharel na “entronização” da formatura ainda hoje representa chances reais de ocupação visível do espaço social e aspiração de pertencimento a uma elite de poder. (AVELAR; BITTENCOURT, 2011, p. 63).

Mesmo nos pequenos núcleos urbanos das afastadas cidades do interior sertanejo é cultivado esse desejo de ascensão social pela educação, evidência materializada na forma das muitas escolas abertas nas mais importantes cidades do Sul do Maranhão no início do século XX, incluindo Carolina, para onde fluíam números crescentes de estudantes. Da mesma forma que, atualmente, muito esforço é empregado por pais e familiares para que seus jovens estudem nas faculdades públicas e privadas de Araguaína-TO e Imperatriz-MA, há 70 anos atrás Carolina era o destino certo dos filhos de ricos fazendeiros e comerciantes da região.

Aqueles que podiam estudar nos grandes centros na maioria das vezes voltavam para administrar os negócios da família, trazendo consigo o anseio de instalar em sua comunidade as novidades e avanços dos grandes centros urbanos. Entre esses empreendimentos estavam os círculos literários, como a “Casa Humberto de Campos” visitada pelo antropólogo Buell Quain, conforme relatado no romance “*Nove Noites*” de Bernardo Cavalho.

Assim como as cidades mais desenvolvidas do estado – Barra do Corda, Riachão e Grajaú –, Carolina também possuía um grêmio literário onde homens cultos se dedicavam ao estudo, às artes e à discussão de temas ligados às letras e à ciência. (REIS; PEREIRA, 2007, p. 47).

Sobre esse momento de grande efervescência cultural, assim relata Carlota Carvalho²⁷ autora de “*O Sertão*”, que dedica várias passagens do seu livro a suas impressões sobre a Carolina das duas primeiras décadas do século XX:

²⁷ Há uma grande polêmica sobre se a professora Carlota é realmente a autora deste livro. Na AIL, Waldir Braga era o defensor de Carlota e assentava na cadeira nomeada em sua homenagem. Seu confrade Sálvio Dino defende que o irmão de Carlota é o autor de “*O Sertão*”, hipótese central do seu livro “*Parsondas Carvalho: Um Novo Olhar sobre o Sertão*”.

Atualmente Carolina é uma das mais importantes cidades do Estado do Maranhão. É no Maranhão o centro da maior cultura intelectual, é o lugar em que os homens "estudam e aprendem só pelo gosto de saber", como na antiga Hélade, e não por especialização industrial.

Aí, o amor às letras e ao útil desenvolvimento do raciocínio é comum a ambos os sexos. A par de homens ilustrados, mulheres brilham pela inteligência e não raro sabem usar da palavra em reuniões públicas.

Citar os espíritos cultos e as inteligências educadas de Carolina seria nomear grande parte de sua população. Somente para exemplificar, nomearei alguns dos mais conhecidos nas letras: Odolfo de Medeiros, filólogo; Raimundo Maia, poliglota; Josina Ayres, professora, poetiza e oradora; Raimundo Ferreira dos Santos, poeta de raro merecimento, favorecido pelas musas e não pela fortuna; João Nogueira do Rego, o canto melodioso do "Luar triste"; Elpídio Pereira, Augusto Araújo, Maria Luíza, Anízio Monturil, Crizantina Monturil, Euclides Maranhão, Alfredo Nobre, Nélon Maranhão, Manoel Rodrigues Bandeira, Joaquim Sardinha, Thadeu Maranhão e outros que se ocultam nos pseudônimos Gérson e Jiennerre, o cantos dos "Sonhos". Antônio Noleto, pela sua descrição do Jalapão, merece lugar nesta lista de destaques. Na música, prima Carolina. O carolinenses é um músico nato. Em primeiro lugar esta Neco Ayres (Manoel), pai de Josina Ayres, a oradora já nomeada; e Nélon Maranhão, o maior violonista do Brasil. É tal o gosto da música na Carolina que lá são conhecidos e usados os mais raros instrumentos como a cítara dos helenos.

Sua vantajosa posição na parte mais rica do Maranhão e de Goiás facilita grandeza do seu comércio. Tal é a notícia que posso da sua vida atual, resumindo informações e conceitos próprios, deduzi-los da leitura de seus jornais, dos quais o mais conhecido é "O Tocantins". (CARVALHO, 2011, p. 120-121)

Esse gosto pela leitura e debate especulativo de ideias favoreceu o aparecimento de grupos vinculados ao espiritualismo e misticismo como a Seara Espírita, a Eubiose e a Maçonaria, sendo que esta última conta com duas "lojas" em Carolina: "Caridade e Justiça" e "Cachoeira de Luz", seguidoras de ritos iniciáticos e cerimoniais diferenciados. Ambas são muito influentes na política, tendo vários de seus membros sido eleitos vereadores e prefeitos da cidade.

Nesse último aspecto citado, o da política, Carolina tem uma peculiaridade que a distingue regionalmente na nomenclatura e apresentação de seus grupos político-partidários. As coligações partidárias carolinenses são conhecidas pelos apelidos de "Pé Liso" e "Pé Rachado", a primeira supostamente representando as camadas mais ricas enquanto que a segunda em tese representaria os estratos mais humildes da população. Na prática, ambos os grupos foram acusados, e acusavam-se mutuamente, de práticas populistas e clientelistas na manutenção do seu poder político e, após longos anos revezando-se na hegemonia do cenário político, foram recentemente vencidos no último pleito municipal por um grupo que aparentemente representa uma terceira alternativa.

Todos esses grupos poderiam ser identificados como “elite” na medida em que constroem uma identidade social, política e cultural diferenciada para si, conforme explica Paulo Martinez.

Os grupos sociais que no Brasil costumam ser rotulados de elites, seja no sentido positivo seja no negativo, podem ser compreendidos mais facilmente se examinados pela segunda maneira como as elites se definem, ou seja, pelo poder que detêm. Nesse sentido, podemos considerar as elites brasileiras e suas áreas de atuação – econômica, social, política, cultural – e os meios que utilizam para influenciar o comportamento das massas em seu favor, camuflando seus interesses pelos interesses do país. (MARTINEZ, 1997, p. 35)

Os carolinenses são importantes referências na organização de outros grêmios literários, como a Academia Imperatrizense de Letras (AIL), fundada em 27 de abril de 1991, que, como vimos, teve vários intelectuais de Carolina como seus membros, alguns já citados anteriormente, como os irmãos Ulisses e Waldir de Azevedo Braga; além destes, também foram membros Agostinho Noleto Soares, eleito presidente dessa instituição em várias oportunidades, e o literato Osmar Walcácer. Segundo o escritor caxiense, e também membro da AIL, Edmilson Sanches, os carolinenses foram fundamentais na organização dessa agremiação literária, havendo a indicação de 11 homens e mulheres naturais de Carolina como Patronos das cadeiras que compõem a AIL, o que corresponde a 30% do total de 40 disponíveis. Essa “Casa de Cultura” sempre foi composta por pessoas influentes em várias áreas, principalmente a política, tendo dela participado vereadores e prefeitos da região, além de um governador do Estado, José de Ribamar Fiquene. Ulisses Braga foi importante figura em um episódio significativo da história política da cidade de Imperatriz-MA conhecido como “Revolução de Janeiro”, ocorrido em 1995, quando foi deposto um prefeito sob acusação de incompetência e improbidade administrativa por ação do Fórum da Sociedade Civil, entidade para a qual foi eleito presidente Ulisses. Ele também ajudou na elaboração de normas e regimento da AIL. Em virtude dessa intensa participação no cenário regional, para Edmilson Sanches os carolinenses são dignos das honrarias que recebem da AIL (SANCHES, 2019).

Considerando todo esse contexto acima representado, podemos identificar o grupo que organizou o projeto do Museu Histórico de Carolina como pertencente às famílias que compõe a elite econômica, política e cultural da cidade, tendo tido acesso a uma educação superior, podendo disputar vagas de trabalho em posições significativas em ambientes públicos e privados, permitindo a eles construir relacionamentos e estabelecer contatos que possibilitassem tornar realidade concreta o sonho de fundar um museu em sua terra natal.

Como dito anteriormente, o Museu Histórico de Carolina (MHC) foi idealizado pela Associação Carolina ViaVerde, composta por advogados, professores, contadores e outros

profissionais liberais que apresentaram seu projeto ao consórcio que construiu a Usina Hidrelétrica Estreito, o CESTE, e angariou recursos desta e de outras fontes para construir e organizar o museu. Embora autodidatas na área museológica, seguiram metodologias de obras desse campo do conhecimento e auxílio oferecido pelo Instituto Brasileiro de Museus, o IBRAM, estabelecendo várias linhas de pesquisa histórica para o MHC (FORTES, 2019), conforme veremos no próximo capítulo. Antes, convém falar um pouco sobre o surgimento da Associação Carolina ViaVerde.

Conforme nos informou o secretário executivo dessa instituição e presidente do Conselho Administrativo do MHC, Rodolfo Medeiros Cunha Fortes, desde a década de 1980 pessoas que viriam a se tornar sócios-fundadores dessa Organização Não-Governamental (ONG) e do museu já vinham identificando objetos que viriam a ser parte do acervo do MHC junto às suas próprias famílias e outros interessados no projeto, realizando também entrevistas com personalidades de destaque do município, algumas destas disponíveis na página de Facebook do museu.

Criada no ano 2000, a Associação Carolina ViaVerde já atuava na região desenvolvendo projetos diversificados nas áreas de meio ambiente, cultura e educação. Um dos exemplos de sua atuação é o Projeto Ilha de São José, executado em 2007, que recebeu financiamento do IPHAN, que promoveu a criação de um banco de dados com imagens, na forma de fotos e vídeos, sobre a comunidade ribeirinha que ali habitava, deslocada compulsoriamente pelo enchimento do reservatório da UHE-Estreito, a qual era composta por cerca de 82 famílias. Os resultados da pesquisa foram armazenados em HD e cópias entregues à Secretaria de Cultura de Babaçulândia-TO²⁸, ao IPHAN e à Associação Carolina Via Verde (BRASIL, 2014). Embora distante do núcleo urbano do município de Carolina, a Ilha de São José era vizinha da zona rural carolinense²⁹, em frente ao povoado Barra do São José³⁰. Toda

²⁸ Antes do enchimento do reservatório da UHE-Estreito, havia praias fluviais sazonais na zona rural de Carolina em frente ao núcleo urbano de Babaçulândia e a população dos dois municípios construía barracas para vender bebidas e alimentos aos turistas que vinham de toda a região. Como medida compensatória pela perda desse ponto turístico, foi construída uma praia permanente em Babaçulândia-TO. Outras seis praias permanentes foram construídas pelo mesmo motivo em Barra do Ouro-TO, Darcinópolis-TO, Filadélfia-TO, Estreito-MA, Palmeirante-TO e Palmeiras-TO.

²⁹ Devido à extensão do município de Carolina, o 8º maior do estado do Maranhão, e sua posição fronteiriça ao estado do Tocantins, os moradores da zona rural costumam ter relações das mais diversas com pessoas de cidades vizinhas. Certa vez, durante uma viagem a trabalho para o interior de Darcinópolis-TO pela Clara Comunicação, fui reconhecido como “parente do Walto Gama” por uma das pessoas contatadas, devido à minha aparência e maneira de falar. De fato, Walto Gama era irmão de minha avó materna, proprietário de uma fazenda na margem oposta de onde me encontrava naquele momento.

³⁰ A nomenclatura “barra” é um sinônimo para “foz”, ou seja, é um local onde um afluente desemboca no rio principal. Isso explica a origem do nome de outro município, “Barra do Ouro”, com povoamento original era próximo à foz do Rio Ouro, sendo deslocado posteriormente para sua posição atual devido às enchentes do Rio Tocantins antes da construção da Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás.

essa experiência e período de maturação do projeto possibilitou um longo planejamento que favoreceu a aprovação junto aos financiadores do CESTE.

Para que possamos situar adequadamente o MHC no contexto da museologia brasileira, no primeiro tópico do último capítulo, traçaremos um breve histórico da trajetória dos museus, destacando o Brasil, apresentando as principais transformações que essa entidade sofreu no decorrer do tempo.

4 MUSEU: MEMÓRIA & IDENTIDADE

4.1 Templo das deusas da inspiração

[...] eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades [...]
- “O Tempo não para”, Cazusa (1988)

Mouseion é a origem grega da palavra “museu” e significa “casa das musas” (SUANO, 1986). Em nossa linguagem coloquial temos as expressões “musa inspiradora” ou “musa do verão”, que denotam o papel de motivadoras ou mobilizadoras de determinadas ações que certas pessoas, muitas vezes mulheres, podem exercer no desenvolvimento de alguma atividade, em especial nas artes. A relação das musas com as artes é milenar e nos remete aos clássicos da poesia arcaica grega, a *Iliada* e a *Odisséia*, quando essas entidades são invocadas pelo lendário poeta Homero. Outro poeta grego famoso por suas obras creditadas à inspiração das musas é Hesíodo, autor da *Teogonia*, onde trata das origens dos deuses (incluindo das próprias musas). Essas obras desfrutam de um *status* diferenciado daquele ocupado por outros livros sagrados em outras religiões, como a *Bíblia* tem no Cristianismo, por exemplo, pois conviviam na mesma cultura versões alternativas de narrativas mitológicas, um reflexo da autonomia social e política vivenciada pelas comunidades que formavam a *Hélade*, como a Grécia era conhecida entre os gregos (*helenos*) na Antiguidade (KRAUSZ, 2007).

De modo geral, as musas são conhecidas como filhas de Zeus, o deus do relâmpago e rei do Olimpo, e de Mnemósine, a deusa da Memória, e retratadas como lindas jovens “patronas de toda a beleza e toda sabedoria” (KRAUSZ, 2007), cada uma atuando como protetora e provedora de uma determinada arte, sendo seus nomes: Calíope (poesia épica), Clio (História), Erato (poesia amorosa), Euterpe (poesia lírica e a canção), Melpômene (teatro trágico), Polímnia (poesia sagrada), Talia (Comédia e poesia pastoril), Terpsícore (Dança) e Urânia (Astronomia) (WILKINSON, 2018, p. 44). Mais que inspiradoras, seriam responsáveis pela “revelação da verdade” ao permitirem que simples mortais, no caso os *aedos*³¹, tivessem acesso à uma porção da memória universal, o que proporcionava uma visão mais ampla da realidade, uma perspectiva divina dos acontecimentos (KRAUSZ, 2007). O

³¹ Um tipo de artista itinerante, às vezes patrocinado temporariamente por uma determinada corte. Recitavam cantos épicos enormes em conjunto com a execução performática da lira, um instrumento de corda parecido com uma harpa. Produtos de uma sociedade ágrafa onde a oralidade e a memória têm o papel de perpetuar a tradição, os *aedos* perdem espaço com a expansão do uso da escrita (KRAUSZ, 2007).

contato com as musas teria então um efeito terapêutico pois, “com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza.” (SUANO, 1986).

Na poesia épica, um estilo literário que trata dos feitos heroicos de personagens míticos, às vezes semidivinos, as musas cumprem o papel de fonte de autoridade dos narradores dessas estórias (KRAUSZ, 2007), daí temos a explicação de vermos repetidamente a fórmula “canta, oh musa”, tanto nos poetas gregos Homero³² e Hesíodo³³, quanto no romano Virgílio³⁴ (autor da *Eneida*); posteriormente, os cristãos Dante³⁵ (*Divina Comédia*), Milton³⁶ (*Paraíso Perdido*) e Camões³⁷ (*Lusíadas*) repetirão a fórmula estabelecendo uma conexão inspirativa entre as obras, um vínculo estético cultivado pelo humanismo que antecedeu e sucedeu o período do Renascimento, na Europa dos séculos XV a XVI.

Embora conhecidas pelo seu epíteto de “olímpicas”, as musas tinham templos em vários locais, como próximo ao famoso oráculo de Delfos e aos pés do monte Hélicon, lugar da preferência delas, de acordo com o poeta Hesíodo (KRAUSZ, 2007). Segundo Suano (1986, p. 10), os templos dedicados às musas eram lugares onde a mente estaria livre das preocupações externas e poderia deleitar-se na dedicação a atividades artísticas e de produção do conhecimento, sendo que tudo que era criado e exposto ali tinha a “função de agradar as divindades”.

No período helenístico, quando o mar mediterrâneo abrigava a *oikumene*³⁸, os governantes da dinastia ptolomaica no Egito realizaram o ambicioso sonho de Alexandre, O Grande, e construíram um enorme *mouseion* na capital de seu reino, Alexandria. Composto de gigantesca biblioteca (com mais de 1 milhão de livros), laboratórios, salas de dissecação, salas de aula, jardim botânico e zoológico, esse museu atraiu as mentes pensadoras mais criativas daquele tempo, como o pai da Geografia, Eratóstenes, que descobriu a medida da circunferência da Terra, com pequena margem de erro. Outro nome digno de lembrança é o da

³² “Canta, ó deusa, da fúria de Aquiles, o filho de Peleu” (KRAUSZ, 2007, p. 50)

³³ “Musas da Piéria, que dais glória por meio da canção,

Vinde contais de Zeus, cantando o vosso pai [...]” (Idem, p. 119).

³⁴ “Musa, lembra-me as causas (...)” (VIRGÍLIO, 2003, p. 09).

³⁵ “Ó musas! Socorrei-me, divindade! Valei-me! Mente fiel, que encerraste tudo que vi, sê agora mais precisa que nunca!” (ALIGHIERI, 2003, p. 13).

³⁶ “Do homem primeiro canta, empírea Musa” (MILTON, 2003, p. 24).

³⁷ Camões pede silêncio à “Musa antiga” e solicita às ninfas do Tejo, “Tágides”, que cantem as glórias lusitanas (CAMÕES, 2000, p. 26).

³⁸ Do grego, “mundo civilizado” (ARMSTRONG, 2008, p. 497). A teóloga Karen Armstrong usa o termo para se referir ao conjunto de civilizações sob a esfera de influência da cultura grega da Antiguidade. Isso abrangeria povos que antecederam os gregos, como os sumérios e babilônios no oriente médio, e as colônias gregas onde hoje está Portugal, no extremo ocidente europeu. Aliado às evidências de que os gregos tinham colônias em todo o mar Mediterrâneo, soma-se o fato do conquistador macedônio Alexandre, O Grande, ter conquistado a maior parte dessa região, que foi posteriormente absorvida pelo Império Romano. Amantes da cultura grega, esses dois avanços imperialistas ocidentais estabeleceram o helenismo, “um conjunto cultural de base grega, mas com influências asiáticas diversas” (SILVA; SILVA, 2017, p. 178).

notável Hipátia, uma das primeiras mulheres a ser conhecida na História mundial como matemática. Atualmente, muito se discute se a configuração do *mouseion* de Alexandria corresponde ao que entendemos hoje o que seja um museu, sendo majoritária a opinião de que ali era cultivada a prática do colecionismo. Após 700 anos de existência, essa instituição foi destruída por causas ainda não muito bem entendidas, mas provavelmente ocasionadas pelos conflitos que se seguiram às sucessivas mudanças de governo naquela região, indo dos gregos, para os romanos, aos cristãos e finalmente os árabes (MEY, 2004).

Nos períodos da Idade Média e da Idade Moderna, os museus eram identificados com coleções particulares de nobres e pessoas ricas, ou ainda, instituições como a Igreja Católica Romana, que até hoje possui um acervo de obras de arte, documentos e livros de valor inestimável. A preocupação com a preservação e identificação de um determinado patrimônio merecedor de um cuidado especial do poder público, e entregue aos cuidados de pessoas e entidades específicas e especializadas no assunto só surgiu depois da Revolução Francesa (1789), quando a depredação revolucionária tornou necessárias medidas de proteção de objetos e lugares representativos para o sentimento nacionalista. A partir desse momento, há uma mudança progressiva da mentalidade dominante, que via os museus como um espaço elitista e privado passando a ser encarado como lugar público e destinado à educação cívica e estética do povo. Assim foi idealizado e construído o Museu Britânico, um dos primeiros do mundo com características e premissas mais próximas do modelo atual, embora ele ainda fosse muito semelhante aos demais museus da época (SUANO, 1986).

Nos Estados Unidos, os museus surgem com caráter público e diversificado, mesclando o refinamento estético à insaciável busca pelo exótico, sendo responsáveis pela elaboração de recursos inovadores como os *dioramas*, “recriação artificial de ambientes” (SUANO, 1986, p. 31), e os *living museums*, onde uma feira, um bairro ou uma cidade inteira podem ambientar a recriação teatral de cenários históricos envolvendo a participação ativa de grande parte da população de uma determinada localidade (MENEZES, 2013).

O evento catalisador da entrada no Brasil nesse período que é conhecido como a “Era de Ouro dos Museus” foi a chegada da família real portuguesa (1808), que fugiu da invasão das tropas napoleônicas a Portugal. Entre os vários investimentos e medidas promovidos por D. João VI à Colônia, elevada à categoria de Vice-Reino, houve a fundação do Museu Real, em 1818, inicialmente um arquivo de curiosidades, que, com o passar do tempo e dos administradores, vai ganhando feições cada vez mais científicas, embora estas reflitam e reproduzam conceitos e preconceitos europeus, fazendo eco aos problemas e políticas raciais brasileiras do final do século XIX e início do século XX (SCHWARCZ, 2017). Transformada

em Museu Nacional após a Proclamação da República, o maior da América Latina, essa instituição é responsável pelo primeiro curso de Antropologia do país, sendo referência para os antropólogos estrangeiros que visitaram o Brasil.

Representando modelos vinculados a uma perspectiva regional, estão o Museu Paulista ou Museu do Ipiranga (1894) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), que ofertam uma contribuição diferenciada para a história e etnografia brasileiras pelo seu alinhamento inicial com as ideias de evolucionismo social vigentes nas ciências da época. Nessas instituições, assim como nos Institutos Históricos e Geográficos ou nas “casas de letras”, membros da elite regional e nacional podiam angariar prestígio político e social através do cultivo da intelectualidade, ao mesmo tempo que promovem a construção de um projeto de nação a partir de uma perspectiva dependente dos padrões de desenvolvimento socioeconômico europeus (SCHWARCZ, 2017). Com o passar dos anos, essa postura é atualizada de acordo com as propostas atuais da Museologia, e o desenvolvimento e interiorização dos centros universitários brasileiros.

Em nosso país, o museu sempre esteve ligado ao discurso da exultação da memória coletiva e consolidação do sentimento pátrio, aspectos visíveis na fundação do Museu Histórico Nacional (MHN) por ocasião da Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922. Dirigido por muitos anos por Gustavo Barroso, o MHN adotou a proposta de “culto ao passado” desse diretor, elegendo heróis e relíquias celebradas em suas exposições, tendência oposta à historiografia moderna, que problematiza suas temáticas segundo teorias e metodologias científicas. Isso não quer dizer que o MHN fosse anticientífico, mas que seu viés apelava muito mais à autoridade da tradição do que à filosofia da História. Atualmente, há uma convivência das duas perspectivas, alinhadas por uma atualização das narrativas pela mediação dos suportes teóricos-metodológicos da nova museologia (SANTOS, 2006). Inclusive, a relação entre essa instituição e a Museologia é antiga, pois dez anos depois da fundação do MHN é criado o “Curso de Museus”, que funcionou nas dependências do Museu Histórico Nacional até o final da década de 1970 (GONÇALVES, 2007).

A partir desse período, o curso se torna um curso superior no nível de graduação ministrada por várias faculdades, atualmente a maioria localizada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Seguindo uma tendência internacional, iniciada na França, a Museologia é uma área do conhecimento científico em cuja proposta o museu passa de um local onde ocorre a exposição de objetos icônicos para espaço de construção de narrativas representativas de grupos sociais

e comunidades singulares, sendo sua identidade expressa e preservada não só em objetos, mas em eventos e relacionamentos entre o público e a instituição museu (SANTOS, 2006).

Apesar de muitas dessas instituições não contarem com museólogos no seu quadro de funcionários, como é o caso do Museu Histórico de Carolina, a prática museal difundida no Brasil já alcançou tal divulgação que seus princípios são latentes nos mais dispersos museus do país.

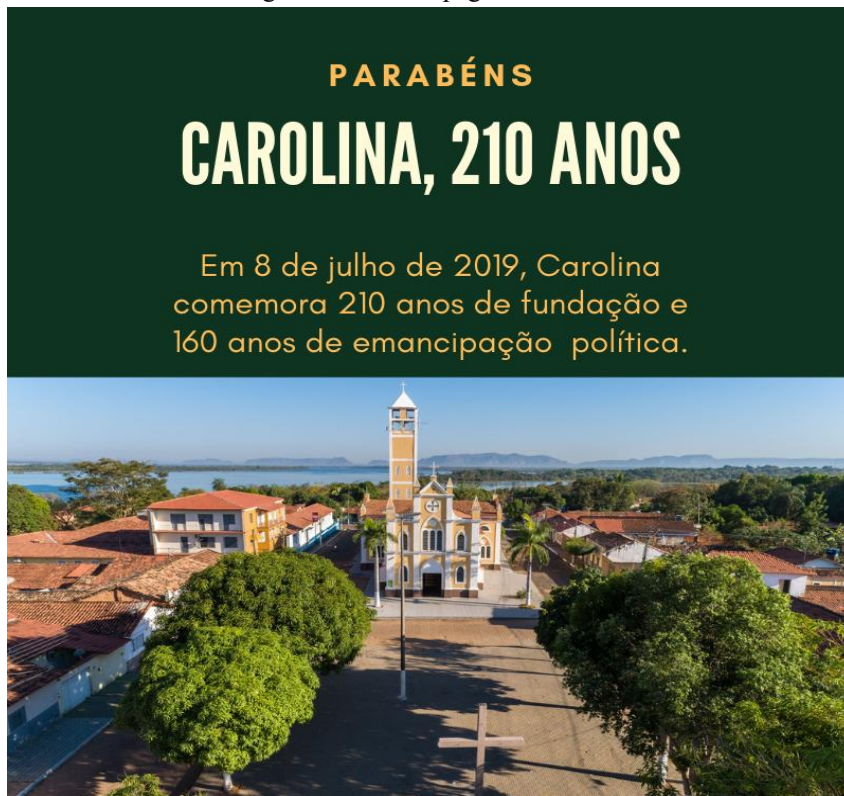
É no espaço constituído a partir da relação entre memória e patrimônio que vicejam as práticas de colecionamento e as narrativas *museais* nacionais, regionais e locais. Observa-se, no entanto, que, gradualmente, as grandes narrativas nacionais e épicas deixam de exercer primazia de outrora, quando alicerçaram as práticas discursivas dos grandes museus, para entrarem em cena novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica. São as narrativas urbanas, regionais e locais, nas quais está em jogo a construção de uma identidade específica, capaz de articular outras tantas narrativas, em função de um eixo arbitrariamente construído. Esse eixo ordenador quer também exercer um papel de mediação em relação ao local, nacional e global. (CHAGAS; ABREU, 2003, p. 15.)

Tendo em vista esses precedentes, compreender a realidade da existência do Museu Histórico de Carolina pode ser possível mediante uma abordagem investigativa que o observa como integrante de um contexto específico e dinâmico.

“Minha sugestão é entender os museus enquanto espaços integrantes dos modernos ‘sistemas de arte e cultura’.” (Clifford, 2003) por meios dos quais grupos e categorias sociais representam e constituem simbolicamente suas inter-relações e sua inserção na sociedade brasileira. (GONÇALVES, 2007, p. 86)

No caso das margens do Rio Tocantins, que atravessa quatro estados (Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará), as relações socioeconômicas e culturais que se estabeleceram historicamente entre as comunidades ribeirinhas e os grandes centros urbanos do litoral construíram um singular cenário onde o rio é o elemento natural definidor de suas identidades (FLORES, 2009), ora como ponto de união, como via de comunicação e transporte, ora como demarcação de fronteira, que é o caso de Carolina-Maranhão, que passou por um momento de litígio entre as províncias do Goiás e do Maranhão, resolvido em 1859, quando a vila é emancipada e passa a categoria de cidade maranhense, sendo estabelecidos os rios Tocantins e Manoel Alves Grande como os limites territoriais das províncias (ALMEIDA, 2007). Tal evento marcou tão profundamente a consciência coletiva que até hoje os carolinenses tem dúvidas em precisar a idade da cidade, tendo o Museu Histórico de Carolina, no ano de 2019, o papel de esclarecer a questão através de um *post* nas redes sociais.

Figura 1 – Post da página do MHC no Facebook



Fonte: Internet – Facebook <<https://www.facebook.com/museuhistoricodecarolina/photos/a.451638051601959/2218413818257698/?type=3&theater>>

Além do MHC, podem ser encontrados outros museus em cidades que margeiam o Rio Tocantins, através do site do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)³⁹, sendo seis em Palmas-TO: o Museu Histórico do Tocantins ou Palacinho, o Memorial Coluna Prestes, a Casa Sussuapara, o Memorial do Tribunal das Contas do Estado, o Museu Escola e a Casa Vítor. Em Porto Nacional-TO são dois museus: o Museu de Zoologia e Taxidermia José Hidasí e o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional. E em Imperatriz-MA há o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbiras, sob responsabilidade da UEMASUL (COSTA, 2017).

Nessa grande variedade de instituições, é observável a preocupação com uma memória coletiva local, que se apresenta como específica e singular. A partir desse momento, nosso convite é para que o leitor adentre ao Museu Histórico de Carolina através de nossa descrição no próximo tópico, seguida de nossas interpretações e análises no último seguimento desta pesquisa. Tendo em mente toda a descrição anterior do cenário, esperamos que as exposições ganhem um sentido mais profundo, seja pelos ecos e reverberações da cultura e patrimônio material, seja pelas ausências e silêncios com relação a outros temas.

³⁹ Disponível em <<http://mapas.cultura.gov.br/>> Acesso em 13 nov. 2019.

4.2 Museu Histórico de Carolina: “Teatro da Memória”

O *Theatrum Memoriae* insere-se [...] nas artes da memória da Antiguidade e da Idade Média, que propunham a articulação de imagens a lugares e espaços, para assegurar a rememoração.
– (MENEZES, 2013, p. 15)

Localizado na Rua Diógenes Gonçalves nº 373, o Museu Histórico de Carolina está instalado em um prédio construído com recursos do Investimento Social Estreito (ISE), programa criado pelo consórcio de empresas responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE-Estreito)⁴⁰. Cumprindo uma determinação do governo federal imposta através do Projeto Básico Ambiental (PBA), o qual exige, entre outras coisas, investimento em projetos sociais, o Consórcio Estreito Energia (CESTE) adquiriu o antigo casarão onde atualmente está instalado o Museu Histórico de Carolina, demolindo o prédio antigo e construindo um novo imóvel, com projeto arquitetônico inspirado no *design* das casas tombadas como patrimônio histórico pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA), a maioria localizada na Av. Getúlio Vargas, muito próximas ao museu.

Fotografia 4 – Fachada do Museu Histórico de Carolina



Fonte: Arquivo MHC

⁴⁰ O CESTE tem um informativo que circula impresso na região e está disponível online no endereço eletrônico a seguir, onde pode ser encontrada a edição nº 33 de mar/abril de 2014, a notícia a inauguração do MHC. Disponível em: <<http://uhe-estreito.com.br/responsabilidade-social/jornal-web.html?start=12>> Acesso em: 31 out. 2019.

Segundo Rodolfo Fortes (2019), presidente do Conselho Administrativo do MHC, a ideia original era que o museu fosse instalado em uma dessas casas, a qual teria abrigado membros da Coluna Prestes quando de sua passagem por Carolina, no ano de 1925, no entanto, não foi possível concretizar essa intenção. Todavia, o imóvel escolhido foi adequadamente adaptado para a instalação do museu, conforme veremos a seguir. Convém ainda acrescentar que essa proposta se assemelha à do Museu Histórico do Maranhão (MHM), instalado no antigo casarão da família Gomes de Sousa, que outrora governou a província.

Rodolfo Fortes nos explicou ainda que as exposições apresentadas no MHC foram elaboradas e organizadas tendo em vista a escolha de determinadas linhas de pesquisa, selecionadas de acordo com a relevância temática e disponibilidade de objetos no acervo relacionados à abordagem. Essas linhas de pesquisa se concentram em explicar a formação do município, indo da sua pré-história, identificada nas inscrições rupestres do Morro das Figuras, passando pelo povoamento e as várias ondas migratórias, até a resolução da contenda sobre a fronteira entre Maranhão e Goiás, em 1859, quando Carolina passa a ter o *status* definitivo de município maranhense.

Desse ponto em diante as linhas de pesquisa se subdividem em aspectos dessa vivência urbana no meio sertanejo. Tendo em vista esse panorama histórico preestabelecido, as exposições são divididas entre permanentes e temporárias, uma maneira de atualizar as exposições do museu, apesar da permanência de uma temática fixa. As exposições temporárias têm duração de 2 anos, sendo escolhidas previamente pela Assembleia da Diretoria do Museu. A primeira delas foi sobre a “Hidrelétrica do Itapecuru”, seguida pela atual sobre a religiosidade carolinense, intitulada “Fé”. A próxima, em planejamento, pretende abordar a temática “Povos Originários”, sobre a delicada questão indígena no Sul do Maranhão.

Todos esses conceitos e referências são visíveis desde a fachada do museu, incluindo seu interior e mobília, remetendo à época do apogeu da influência regional de Carolina. Quadros e painéis de retratos iniciam a imersão do visitante logo no saguão de entrada, onde se encontram também alguns livros à venda, como já citamos anteriormente. Mediante o pagamento da entrada, temos acesso ao acervo em exposição, que se constitui de várias fotos, objetos e painéis explicativos, representando fatos históricos e aspectos importantes da cultura local. Interessante destacar que há a preocupação em fazer conexões da história municipal com a nacional. Para atingir esse objetivo foram produzidos os seguintes painéis, que ilustram as exposições permanentes:

- Painel representativo de marcos arquitetônicos da cidade (saguão de entrada)
- Painel com histórico do imóvel que abriga o Museu (saguão de entrada)
- Painel histórico sobre a Formação do Município (corredor de acesso, primeira seção)
- Painel sobre a imprensa em Carolina (primeira sala)
- Painel sobre a literatura em Carolina (primeira sala)
- Painel sobre a Arte e Educação em Carolina (segunda sala)
- Painel sobre as Bandas Musicais em Carolina (segunda sala)
- Painel sobre a Coluna Prestes em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre a Navegação Aérea em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre a Navegação Fluvial em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre a Navegação Terrestre em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre os Festejos de São Pedro de Alcântara em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre a Propagandas de época em Carolina (terceira sala)
- Painel sobre a Cinelândia carolinense e o Cine Rex (terceira sala)
- Painel sobre a produção fotográfica de Manoel Rocha (terceira sala)
- Painel sobre a Vida no Sertão (terceira sala)

Fotografia 5 – Painele Formação do Município.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A primeira seção é uma introdução à história da cidade de Carolina, exposta em um grande painel, mostrando sua colonização diferenciada em relação ao litoral maranhense, origem do nome e objetos relacionados aos primeiros políticos e famílias importantes em seus primórdios. Há também informações sobre os povos originários, os índios Krahô e Makamekran. Na parte inferior desse painel sobre a formação do município há uma linha do tempo localizando os eventos de destaque da história carolinense inseridos nos períodos da história política nacional: colonial, imperial e republicano. Em seguida, na primeira sala à direita, temos uma parte dedicada à literatura local, com livros de mais de 50 autores carolinenses. No mesmo ambiente também se encontra uma antiga prensa de jornal representando os vários jornais que eram publicados na cidade e suas gráficas. É possível ver algumas das edições desses jornais em um computador ali disponível. Na sala seguinte, uma seção dedicada à educação e artistas carolinenses, com fotos de antigos colégios e educandários, uniformes de colégios em manequins, instrumentos musicais, fotos de músicos e bandas, e quadros de pintores locais.

Em um corredor, temos a exposição temporária “Fé”, na qual observamos cenários montados representando as diversas religiões praticadas na cidade: catolicismo, espiritismo, religiões evangélicas e religiões de matriz africana. Na próxima sala, temos uma exposição temporária que se tornou permanente, na qual está exposta a história da hidrelétrica do rio Itapecuruzinho com projeto liderado pelo carolinense Newton Carvalho, a primeira construída

na região amazônica e inaugurada em 1943, atualmente desativada e abandonada, tendo o local se tornado um frequentadíssimo balneário em virtude de suas belas cachoeiras gêmeas.

O aeroporto de Carolina também foi contemplado com uma exposição permanente, na qual um painel sobre navegação aérea informa o visitante sobre como o município de Carolina está inserido na história da aviação brasileira, contando ainda com aeromodelos em miniatura representando os veículos que frequentavam o aeroporto. Importante informar que o aeroporto está em funcionamento, sendo a manutenção de sua pista de pouso realizada pela empresa PIPES, que possui um hangar onde ficam estacionadas as aeronaves do empresário Pedro Iran. Há também um posto da Infraero, que mantém em funcionamento equipamentos de navegação que oferecem suporte às linhas aéreas que passam pela cidade e aos militares da Força Aérea que ocasionalmente visitam o aeroporto. Não existem linhas comerciais em operação, mas várias empresas já demonstraram interesse em reativar esse serviço.

Como citamos anteriormente, os carolinenses eram apreciadores da sétima arte, tendo o município chegado a possuir três cinemas. Por isso, o museu não poderia deixar de dedicar uma seção ao período em que o cinema marcou presença na cidade. Curiosamente, a câmara dos vereadores está instalada em um prédio onde funcionava um cinema. Outra atividade que citamos neste trabalho e que teve grande destaque foi a navegação fluvial pelo Rio Tocantins, a qual fazia a ligação das cidades que margeiam esse rio com a capital do estado do Pará, Belém. No painel dedicado a esse tema, muitas fotos mostram ao eventual visitante os barcos usados no transporte de passageiros e carga que foram importantes catalisadores da atividade econômica da região. Um complemento a essa seção encontra-se no pátio, uma área externa nas dependências do museu, uma réplica em tamanho real do primeiro barco do empresário Pedro Iran.

No mesmo pátio encontramos outra reprodução em tamanho real, desta vez de uma casa de taipa, moradia tradicional dos vaqueiros e outros moradores da zona rural do município, onde ainda é possível encontrar tais habitações, embora a maioria esteja abandonada. Há um painel numa sala do museu dedicada à vida das pessoas que iniciaram a ocupação dos sertões de Carolina. Há inclusive um manequim com trajes típicos de vaqueiro. Na mesma sala encontramos mais um painel dedicado a um fato histórico que liga a história municipal à nacional: a passagem da Coluna Prestes em Carolina. Por último e não menos importante, encontramos um painel, com várias fotos do fotógrafo local Manuel Rocha, o qual é responsável por deixar para posteridade várias cenas, paisagens e personalidades do período áureo do apogeu carolinense em meados do século XX. Na mesma seção está em exibição a câmera usada pelo artista.

Além dessas exposições, o Museu Histórico de Carolina mantém uma página na rede social Facebook onde estabelece contato virtual com o público, fazendo publicações relacionadas às atividades do museu, incluindo os anuais sarais lítero-musicais, que acontecem geralmente no mês de julho, próximo ao aniversário da cidade, no dia 8 de julho, onde ocorrem palestras, apresentações teatrais e musicais, seguindo uma temática específica. O tema do VI Sarau, ocorrido este ano (2019), foram as lembranças das comemorações do primeiro centenário da emancipação política de Carolina. A seguir, nossas análises e interpretações sobre o MHC.

4.3 Museu Histórico de Carolina: “Laboratório da História”

[...] o primeiro documento histórico, em um museu histórico, deve ser o próprio museu.
– (MENEZES, 2013, p. 61)

No livro *“Isto não é um cachimbo”*, o filósofo francês Michel Foucault analisa as reflexões propostas na obra do pintor e seu conterrâneo Renè Magritte. O quadro de Magritte nomeado com o título ao qual o livro de Foucault faz referência é um exercício de reconhecimento da arte como linguagem, atuando em dois aspectos distintos, mas simultâneos: como mediadora do real faz o papel de representante simplificada de um fenômeno cuja complexidade nunca é inteiramente alcançada; ao mesmo tempo, a arte é a expressão do mundo interior do artista, construído a partir de sua interação com a realidade exterior e com o meio social para o qual se direciona e pretende se relacionar. Em suma, uma pintura não é o objeto pintado (o retrato de um cachimbo não é o cachimbo), não apresenta todas as características do objeto representado, apenas uma representação de determinadas características produzidas a partir da sensibilidade, da percepção e da habilidade do artista.

Este preâmbulo tem a intenção de demonstrar nossa consciência dos limites deste trabalho e que contribuição oferece ao leitor. Além disso, também diz muito sobre o que entendemos sobre a função e natureza do Museu Histórico de Carolina. Isso significa que é preciso entender o caráter seletivo da memória pública (SILVA; SILVA, 2017); que ao partir de determinados grupos sociais, ganham maior destaque os indivíduos e acontecimentos a elas relacionados, pois é o narrador quem conduz a narrativa, no caso carolinense, são as famílias tradicionais remanescentes de um faustoso período de prosperidade. No entanto, é visível uma

preocupação em abarcar toda a sociedade carolinense, dando visibilidade à variedade social e cultural presente na cidade.

Fica evidente na descrição do acervo do museu, apresentado no tópico anterior, que o período entre as décadas de 1930 e 1970 recebeu maior destaque nas exposições, pois faz referência ao período em que o município de Carolina vivenciou um grande desenvolvimento econômico, social e cultural, experiência que marcou o imaginário popular e que deixou vestígios materiais na forma de objetos e construções, e imateriais, presentes nas práticas sociais e culturais.

Partindo do que foi observado e analisado sobre o Museu Histórico de Carolina há um discurso pronunciado através de suas exposições de forma coerente com o legado da cidade, embora muitas lacunas sejam percebidas, especialmente após a pesquisa que realizamos, a maioria provocada por limitações técnicas, logísticas e orçamentárias. Levando em consideração tais condições, existe muito potencial a ser explorado pelo MHC, que pode conjugar os temas históricos com o atual destaque turístico de Carolina.

Como por exemplo, as exposições sobre todo o patrimônio tombado pelo estado do Maranhão, incluindo o centro histórico, os casarões da avenida Getúlio Vargas (incluindo uma sugestão de rota para visitação) e os sítios arqueológicos do Morro das Figuras e das Araras, dando maior destaque também aos povos indígenas que anteriormente habitaram o território do município, aspecto que provavelmente deverá ser abordado na próxima exposi o permanente intitulada "Povos Originários". Seria interessante também um painel sobre os pontos turísticos da cidade e o Parque Nacional da Chapada das Mesas oferecendo as localiza es dessas atra es. Talvez um diálogo com as institui es, empresas e pessoas relacionadas aos temas aqui sugeridos seja possível apresentar novas exposi es e modalidades de eventos, quem sabe até uma amplia o do acervo. Tudo isso pode operar a valoriza o conjunta do museu e dos atrativos turísticos da cidade.

Porém, duas ausências temáticas são mais evidentes nas exposi es do MHC: a primeira, de caráter eminentemente histórico,   sobre a escravidão em Carolina, horrendo instituto jurídico dos períodos Colonial e Imperial que infringiu grande mal tanto aos africanos quanto aos indígenas, sendo os relatórios de Francisco de Paula Ribeiro uma fonte de informa es sobre a tragédia dos povos originários dessa região (FRANKLIN; CARVALHO, 2005). No que concerne   escraviza o de africanos e afrodescendentes, este   um silêncio historiográfico que paira sobre o Sul do Maranhão, embora não seja difícil ouvir relatos populares sobre essa temática. Contudo, uma pesquisa recente demonstra que houve escravidão em Carolina, conforme nos informa a antropóloga Rita de Cássia Domingues

Lopes, sobre a comunidade remanescente de quilombo da Ilha de São Vicente, no município de Araguatins-TO. De acordo com a pesquisadora, essa comunidade é descendente de 08 pessoas escravizadas enviadas para São Vicente do Araguaia (antigo nome de Araguatins), em 1869, em pagamento de uma dívida (LOPES, 2019). A outra ausência que identificamos é sobre os impactos causados pela UHE-Estreito, em especial, sobre as alterações provocadas pelo enchimento do reservatório dessa usina hidrelétrica na paisagem urbana e rural do município de Carolina. Este evento contemporâneo é um marco na história da cidade e o silêncio sobre este acontecimento revela tanto a limitação do recorte temporal que já citamos anteriormente, concentrado no que se considera como sendo o período de apogeu de Carolina, quanto certo comprometimento em relação ao principal financiador do projeto do museu.

No entanto, atendo-se apenas ao que está disposto atualmente no MHC, o acervo já apresenta uma oportunidade singular ao eventual visitante de aprender sobre a riqueza cultural de Carolina. Especialmente, ao carolinense, ao morador da cidade, é possível a apreensão do grande legado da cidade e são clarificadas as razões da permanência de tantos vestígios desse passado saudosista na paisagem urbana, na literatura, na conversa com aqueles que conhecem a história da cidade.

Determinada interpretação acerca da realidade expressando a visão particular de um grupo, em meio às demais interpretações próprias de outros grupos, direciona ao contexto da identidade cultural. A identidade representa a noção de pertencimento. O indivíduo que se reconhece no seio de uma coletividade reflete a posse coletiva de atributos, comuns a todos os membros e a transição de um modelo existencial, normativo, constituindo-se em herança cultural, isto é, um patrimônio identitário. (LIMA. 2012, p. 48.)

Por essa razão, o museu é uma excelente ferramenta pedagógica que oferece a oportunidade de apresentar uma temática ausente nos livros didáticos de História e até na grade curricular das escolas, que pouco trabalham com a história regional e municipal. De fato, há uma parceria entre as escolas do município e o MHC, que permite a visita gratuita dos estudantes mediante agendamento antecipado da instituição de ensino.

Neste ponto convém problematizar o lema do MHC exposto na capa da página de Facebook do museu: “Unindo Memórias”. Podemos perguntar inicialmente se tal operação é possível, que metodologias e que artifícios permitem essa engenharia. Mas para isso necessário é meditarmos brevemente sobre a natureza da memória. Se afirmarmos com Hawlbwach (2006) que o ser humano precisa, enquanto ser social, de referenciais sociais, na forma de pessoas e grupos, para construir sua memória individual e, portanto, efetivamente, nunca está só, podemos concluir que a sociabilidade ou os processos de construção de

relações sociais operam a união de memórias na medida em que estas podem ser compartilhadas. Sob essa perspectiva, o museu seria um fenômeno social relacionado à (re)construção e manutenção da identidade de um grupo, no caso, as elites carolinenses, que permitem a presença de alteridades no museu enquanto coadjuvantes de sua narrativa. As memórias seriam unidas pelo discurso historiográfico dos responsáveis pelo museu, o que de maneira nenhuma invalida ou torna fictícia a produção do MHC, apenas identifica a autoria ou o lugar social onde se origina a narrativa histórica. Outro ponto de vista possível é de o Joël Candau, para o qual memória e identidade estão associadas intrinsecamente de maneira dialética.

A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2018, p. 16).

Considerada assim como a identidade em ação (CANDAU, 2018), a memória está perpetuamente se construindo mediante conservação consciente de vestígios do passado, mas não de qualquer vestígio, apenas aqueles que permitam um discurso coerente no decorrer do tempo. É essa seleção que identifica os grupos que operam a construção da memória coletiva ou compartilhada.

Os museus, por definição, possuem remanescentes do passado, expostos no presente e, possivelmente, preservados para o futuro. Nesse sentido, os museus como fonte histórica devem ser pensados através de sua potencialidade na construção discursiva de suas narrativas históricas, que procuram dar sentido aos eventos do passado. Portanto, é papel do historiador reconhecer que há tensões latentes entre a história e a memória nas construções de discursos nos museus. (VIEIRA, 2017, 159).

Acrescentamos ainda que, na verdade, é papel de qualquer pesquisador das ciências humanas estar atento à autoria de qualquer discurso historiográfico, reconhecendo-o como produto de relações sociais, passível de instrumentalidade política, sob o risco de se tornar um mero expectador do canto das musas. Somente desmistificada é que a narrativa histórica se mostra como resultado de uma construção social, da qual os cidadãos conscientes podem fazer parte.

Tendo estas considerações em mente, fica evidente que se a função do Museu Histórico de Carolina é unir memórias, necessário se faz identificar a origem social da variedade das vozes que trazem seu testemunho das lembranças e vestígios desse passado, que não é apenas de glórias e alegrias, mas de tragédias e decepções, evidenciando os conflitos inerentes da convivência social e da trajetória histórica de qualquer grupo humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem vive de passado é museu.
- Ditado popular

Acreditamos que, em nosso percurso teórico e metodológico, conseguimos apresentar o cenário social e cultural em que se insere o Museu Histórico de Carolina, evidenciando os vários elementos que constituem a rede de referências às quais o museu está conectado e os grupos sociais que constituem seu público e interlocutores.

Se durante muito tempo o museu foi visto como uma instituição elitista, atualmente, cada vez mais, tem se pautado pelas temáticas identitárias regionais ou de grupos específicos e, no caso dos museus históricos, pela trajetória dos municípios interioranos. Essa tendência se constitui numa oportunidade para que a História do Brasil ganhe complexidade e profundidade, para além de uma saturada historiografia das cidades litorâneas, mostrando a diversidade dos sertões, tanto na riqueza de paisagens naturais quanto nas manifestações culturais humanas. No caso do MHC, este oferece aos tímidos anseios separatistas da região um suporte para o reconhecimento de sua singularidade e diferenciação em relação ao norte do Maranhão.

Quanto às relações entre o passado e o presente, tema fundamental para a ciência da História, o museu se torna referência regional para que se discuta a respeito de como a região tem se desenvolvido no decorrer do tempo, quais problemas sociais são recorrentes, que iniciativas anteriores promoveram o progresso e poderiam ser aplicadas hoje e, principalmente, como tem sido construída a identidade regional. Contradizendo o ditado popular da epígrafe, podemos dizer com Marc Bloch (2001) que não existe passado e nem futuro, apenas um fugidio presente que escorre como areia a cada segundo que passa. Se o museu se cerca de relíquias e narrativas do pretérito é porque elas são relevantes hoje, numa tentativa de responder questionamentos atuais sobre nossas origens e o legado de nossos ancestrais. E, conforme avançamos no tempo, novas perguntas são elaboradas em referência a novos contextos problemáticos que surgem, por isso é necessário ao museu contato permanente com seu público a fim de que possa atender as suas demandas relacionadas ao que os vestígios sobreviventes do passado podem nos dizer sobre a natureza histórica dos processos sociais em curso na atualidade.

O município de Carolina-Maranhão pode, então, a partir de uma instrumentalização política da produção museológica, assumir sua posição de cidade histórica reconhecida pelo estado do Maranhão, matriz da cultura sertaneja da fronteira entre as margens tocantinense e maranhense do Rio Tocantins, o município mais antigo da região, abraçando as contradições

de sua formação histórica. Admitir essa complexidade é aceitar também a própria riqueza cultural desse território e seu povo.

Para a Antropologia, o Museu Histórico de Carolina é uma oportunidade de contribuir na reescrita da historiografia do Sul do Maranhão e do Norte do Tocantins, situando historicamente a conflituosa questão indígena da região e como o atual avanço do agronegócio, através do MATOPIBA, e da transformação do Rio Tocantins numa série de reservatórios para a produção de energia hidroelétrica modifica permanentemente as relações da população local com o meio ambiente, afetando seus meios de subsistência, sua cultura e sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muziz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás**. Imperatriz: Ética, 2007.
- ALMEIDA, José Roberto de. **Memória fotográfica/histórica de Carolina**. [Cidade não identificada]: Ativa Comunicação, 2013.
- ALMEIDA, José Roberto de. **Revista turística, cultural e fotográfica do Sul do Maranhão**. [Cidade não identificada]: Ativa Comunicação, 2014.
- ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra ‘sertão’: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). In: **Ciência Geográfica**, Bauru, Vol XV, p. 84 a 87. Jan/Dez, 2011. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf> Acesso em: 16 mar. 2019.
- ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AVELAR, Ediana Abreu; BITTENCOURT Luís Carlos. Os resíduos do mito do doutor na sociedade contemporânea: notas para reflexão. In: **Revista Augustus**, vol. 16, nº 32, p. 55 a 64. Rio de Janeiro, Julho de 2011. Disponível em: <<http://apl.unisiam.edu.br/revistas/index.php/revistaaugustus/article/download/38/33>> Acesso em: 16 out. 2019.
- BENEDICTO, Marcelo. S.O.S. Cerrado. In: **Retratos – A Revista do IBGE**, nº12, p. 12-17. Rio de Janeiro, Jun./2018.
- BORDINHÃO, Kátia; VALENTE, Lúcia; SIMÃO, Maristela dos Santos. **Caminhos da Memória: para fazer uma exposição**. Brasília: IBRAM, 2017. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2018.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão Biográfica**. In: Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRAGA, Ulisses de Azevedo. **Celecino: Se não estamos sós...** Carolina: Homolux, 2007.
- BRAGA, Waldir Azevedo. **20 anos que mudaram o Brasil**. Imperatriz: Editora Ética, 2012.

BRASIL, IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ilha de São José**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/968/>> Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL, IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Carolina-MA**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/carolina/panorama>> Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Tocantins-Araguaia: caderno da região hidrográfica**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao02032011035943.pdf> Acesso em: 04 fev. 2019.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Bernardo. **Nove Noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Carlota. **Os Sertões: Subsídios para a História e Geografia do Brasil (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. de Carvalho)**. Terezina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, Rosa; CARVALHO, Zilma. **Newton Carvalho: Um realizador de Sonhos**. Goiânia: Kelps, 2015.

CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. In: **Cadernos do CEOM**. vol 27, nº 41, p. 430-436. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2618/1517>> Acesso em: 25 set. 2019.

COELHO, Maria de Fátima. O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. In: **Análise Social**, vol. XVI, p. 111-131. Lisboa, 1980. Disponível em: <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7696.pdf>> Acesso em: 30 out. 2019.

CORREIA FILHO, Franciso Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado do Maranhão: Relatório Diagnóstico do Município de Carolina**. Terezina. CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15425/rel-carolina.pdf?sequence=1>> Acesso em: 14 out. 2019.

COSTA, Joilson. **Guia de Centros e Museus de Ciência do Maranhão**. São Luís: Ed. Engenho, 2017.

COSTA, Dayseane Ferraz da. **Quando o campo é o museu: uma etnografia da relação homem, tempo e os objetos na cidade de Belém**. 2016. 197p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém,

2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8895>> Acesso em: 04 nov. 2019.

DAMATTA, Roberto. **Carnaval, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o Sertão**. Imperatriz: Ética Editora, 2007.

DORTIER, Jean-François (org.). **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. In: **Revista Museologia e Patrimônio**, vol 6, nº 1, p. 99-117. 2013. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewArticle/248>> Acesso em: 25 set. 2019.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que Andam: O Rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed. UCG, 2009.

FORTES, Rodolfo Medeiros Cunha. **Formulário**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <rafaelocruz82@gmail.com> em 14 de out. 2019.

FORTES, Rodolfo Medeiros Cunha. **Formulário II**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <rafaelocruz82@gmail.com> em 10 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

FRANKLIM, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons – A Base Geográfica e Humana do Sul do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios**. Rio de Janeiro. Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87A%20LVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf> Acesso em: 26 out. 2019.

GIRALDIN, Odair. A morte, o morrer e o morto entre os Timbira. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28, 2012, São Paulo, Anais... São Paulo: PUC, 2012. 24p. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_morte_morrer_timbira.pdf> Acesso em: 25 set. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional. In: **Mana**, vol 3, nº 1, p. 7-39. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100001> Acesso em: 14 out. 2019.

KRAUSZ, Luis S. **As Musas: Poesia e Divindade na Grécia Arcaica**. São Paulo: EDUSP, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed.UNICAMP, 2005.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, vol. 7, n. 1, jan-abril 2012, pp. 31-50. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034995004>> Acesso em: 31 out. 2019.

LIMA, Tereza Cristina P. **A ação política dos intelectuais no Brasil (1930-1945)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/12499/acao_politica_lima.pdf?sequence=3> Acesso em: 09 nov. 2019.

LOPES, Rita de Cássia. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins**. 2019. 301p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263>> Acesso em: 05 nov. 2019.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARANHÃO, Alfredo Aquino. **A cidade das mangueiras seculares**. Brasília: [s/editora], 2009.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Veritas Filia Temporis? O conhecimento histórico e a distinção entre filosofia e teoria da história. In: **Síntese Revista de Filosofia**, vol 36, nº 114, p. 6-25. 2009. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/80>> Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINEZ, Paulo. **A Teoria das Elites**. São Paulo: Scipione, 1997.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 34-76.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A exposição museológica e o conhecimento histórico**. In: **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013, p. 15-88.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. In: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 71-91, jan/jun, 2004. Disponível em

<https://www.researchgate.net/publication/26437874_Bibliotheca_Alexandrina> Acesso em 13 nov. 2019.

MILTON, John. **Paraíso Perdido**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MOURA, Lisandro Lucas de Lima. Imagem e Conhecimento: o uso de recursos didáticos visuais nas aulas de Sociologia. In: **Caderno de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas**, v. 12, nº 100, p. 159-182. Florianópolis, jan/jul 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2011v12n100p159>> Acesso em 12 nov. 2019.

MUNIZ, Gissely Poliana Santos. **Ecoturismo em Carolina, Maranhão: Que prática é essa?**. Dissertação de Mestrado. 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luiz. 2018. Disponível em: <http://www.ppgeo.uema.br/wp-content/uploads/2018/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Gisselly_Muniz_p.pdf> Acesso em: 22 set. 2019.

MUNIZ, Gissely Poliana Santos; CASTRO, Claudio Eduardo de. A Produção do Espaço e o Turismo em Carolina-Maranhão, Brasil. In: **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Vol, 4, nº 15, p. 82-105. Grajaú, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/download/9647/6069>> Acesso em: 14 out. 2019.

NUGEO. **Localização da Chapada das Mesas, Maranhão**. São Luís: UEMA, 2017. Disponível em <<https://www.nugeo.uema.br/?p=11036#prettyPhoto>> Acesso em 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PACHECO, Ellis Monteiro dos Santos. **O papel das normativas na preservação e ocupação do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís-MA**. 2014. 183p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Ellis_Pacheco.pdf> Acesso em: 31 out. 2019.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: Uma análise do caso a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioambientais em Carolina-MA**. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado). – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional- PPDSR. Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís. 2016. Disponível em: <<http://www.ppdsr.uema.br/wp-content/uploads/2016/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Jaciane.pdf>> Acesso em: 12 out. 2018.

QUEIROZ, Paulo Noletto. **Anna Carolina**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 1999.

QUEIROZ, Paulo Noletto. **Revista Século XX: Gente que fez Carolina**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2000.

REIS, Alda Almeida Miranda; PEREIRA, Maria Rita Brandão. **Carolina: Apogeu, Declínio e Ressurgência**. Imperatriz: Ética, 2007.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Etnografia *da e na* cidade, saberes e práticas. In: **Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas de vida urbana**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/wp-content/uploads/2018/08/ECKERT-e-ROCHA-Antropologia-da-e-na-Cidade.pdf>> Acesso em 30 set. 2019.

ROCHA, Danielly Moraes. **Entre os morros e as figuras: gravuras rupestres no Parque Nacional Chapadas das Mesas, Carolina, Maranhão**. 2016. 155f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Sergipe, UFS, Laranjeiras, 2016. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/3229>> Acesso em: 14 out. 2019.

SANCHES, Edmilson. **Questionário – Respostas**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rafaelocruz82@gmail.com> em 23 de setembro de 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um repertório do tempo. In: **Revista USP**, São Paulo, n 81 p. 18-39, mar-maio 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13728/15546>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Otávio Barros da. **História de Carolina**. Brasília: [Editora Não Identificada], 2015.

SILVA, Sheila dos Santos. Memorialismo: Ficção, História, Literatura – Revisão Teórico-Crítica. In: **Revista (Entre Parênteses)**. Vol. 2, Nº 15, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/download/553/407>> Acesso em: 15 out. 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Helenismo; História; Historiografia; Identidade; Memória; Patrimônio Histórico. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 178-181; p. 182-188; p. 189-193; p. 202-205; p. 275-279; p. 324-327.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. O programa da descrição densa. In: **Os nervos e os ossos do ofício: uma análise etnológica da aula de Anatomia**. São Paulo: Ed.UNESP, 2014, p. 53-66.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O Museu como lugar de memória: o conceito sob uma perspectiva histórica. In: **Mosaico**, vol. 8, nº 12, pp. 139-162, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/download/65900/66865>.> Acesso em: 05 nov. 2019.

VIRGÍLIO. **Eneida**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

WILKINSON, Paul (org.). **O livro da Mitologia**. São Paulo: Globo, 2018.